

EDITORIAL

Escolha Consciente

Eleições 2000

O principal evento político deste segundo semestre será, sem dúvida, as eleições municipais. Na Capital, teremos mais uma vez a oportunidade de escolher um(a) Prefeito(a) que demonstre sensibilidade social, disposição para o trabalho e, sobretudo, honestidade.

Dos vereadores eleitos à Câmara Municipal esperamos o óbvio: também honestidade e trabalho, visando o bem-estar da população onde nós, servidores municipais, nos incluímos.

A APROFEM, independente e apartidária, não apóia qualquer candidatura, mas torce para que os eleitos revelem-se os melhores; afinal, os tempos são outros e as cenas lamentáveis de corrupção e desmando sobejamente assistidas não ocorrerão com a mesma desfaçatez, facilitando o desempenho daqueles dispostos a honrar o mandato outorgado pelo povo.

O que continuaremos buscando para os servidores municipais que honrosamente representamos é, basicamente, o que a legislação já garante e não é cumprido: salários dignos, a excelência nas condições de trabalho (recursos humanos e materiais), incentivo e motivação profissional, respeito e ética nas tratativas.

O **Jornal APROFEM** edita mais uma vez o Caderno Eleitoral, com propostas de candidatos de diferentes partidos que, voluntariamente, procuraram esta democrática forma de divulgação das idéias. Cabe a cada um de nós a responsabilidade pela leitura, reflexão, busca de maiores informações e discussão junto aos nossos familiares, amigos e membros da comunidade, visando, mais do que nunca, uma **ESCOLHA CONSCIENTE... E ACERTADA!**



STF: O Especialista é professor, sim senhor!

Mais uma vez, a APROFEM demonstrou coerência e acerto em sua posição: desacreditada por alguns, ironizada por outros, desde o início persistiu na tese que o Especialista de Educação (e, por decorrência, o Auxiliar de Direção e outras funções e situações ainda mais óbvias) exerce funções de magistério e faz jus à aposentadoria especial do magistério.

Entretanto, aflorou o bom senso: em recente decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida no Recurso Extraordinário nº 196.707-2/DF, de 09/05/2000, que apreciou o direito a aposentadoria especial à professora que exerceu “funções de especialista em educação e orientadora educacional” durante mais de vinte e cinco anos, **manteve o entendimento de que o preceito constitucional regeador da aposentadoria dos professores conta-se com o efetivo exercício em funções de magistério, não impondo como requisito atividade em sala de aula.**

O Ministro relator concluiu, para não acolher os recursos interpostos, que **“A Corte, soberana no exame dos elementos probatórios dos autos, deixou patenteado que a Recorrida é professora por formação acadêmica e vinha desempenhando funções, há mais de vinte e cinco anos, de magistério, ou seja, de especialista em educação e orientadora educacional. Ora, no preceito da Carta alude-se, é certo, à qualificação de professor, mas, na referência à função exercida, inclusive o gênero magistério, não chegando à especificidade sustentada nos recursos, ou seja, ao desenvolvimento de atividade em sala de aula. Des-**

cabe emprestar ao preceito interpretação que restrinja o que nele se contém, reduzindo a referência a “funções de magistério” àquelas que impliquem ministrar, diretamente, aulas”.

Cabe agora aos técnicos da SME (CAAC e Supeme), da SMA (DRH) e de SJ (PGM) reconhecer o direito dos Profissionais de Educação, sem ressentimentos advindos de convicções ora demonstradas como equivocadas. Quanto mais rápido for adotado este histórico entendimento, menores serão os prejuízos sofridos pelos nossos valiosos Profissionais, que deverão entrar imediatamente com o pedido de aposentadoria especial de magistério, se satisfeitas as demais condições previstas nas atuais regras de aposentadoria.

O Setor de Atendimento da APROFEM orientará os associados, mediante agendamento, quanto ao encaminhamento adequado do pedido.

Reproduzimos, abaixo, trecho de artigo publicado no **Jornal APROFEM** (julho/agosto de 1999) e que comprova nosso vanguardismo neste tema:

“É culturalmente arraigada a desconsideração da exegese da palavra DOCENTE: “respeitante a professores” (Dicionário Aurélio) e a indigência do conceito predominante do que seja “ensinar”. Em se mantendo o conceito exclusivo, antiquado e ultrapassado de “lousa, giz e apagador”, melhor será abandonar-se o discurso de compromisso com a relevância dos educadores para a ação educativa.

Qualquer cargo ou função privativo de professor e ligado à consecução do Projeto Pedagógico da escola deverá ser caracterizado como inerente à docência para todos os efeitos legais.”

Leia nesta Edição

- ⇒ Curtas _____ *Página 2*
- ⇒ Caderno Eleitoral _____ *Páginas 5 a 10*
- ⇒ Eventos da APROFEM _____ *Página 12*

CURSO A DISTÂNCIA
2º

CURSO A DISTÂNCIA

“Projeto Pedagógico – Os Coordenadores do Processo

Páginas 3 e 4

CURTAS CURTAS CURTAS CURTAS CURTAS CURTAS

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDEF

A Secretaria Municipal de Educação alterou a composição do Conselho, destituindo o representante da APROFEM sem qualquer comunicação à entidade.

Tal alteração ocorreu no momento em que avolumavam-se as suspeitas de destinação incorreta dos recursos destinados à manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, o que torna especialmente intrigante o alinhamento dos representantes formais das Entidades representativas do Ensino Municipal.

A APROFEM reafirma seu compromisso de acompanhamento das prestações de contas da municipalidade e da atuação dos atuais integrantes do Conselho, e não hesitará em adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis junto aqueles que, porventura, não honrarem as responsabilidades que lhes foram atribuídas.

Por fim, a APROFEM reitera seu reconhecimento à atuação dos Conselheiros destituídos e seu repúdio pela forma como se procedeu a renovação do referido Conselho.

DÍVIDAS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

O Ministério Público Estadual, através da Promotoria da Infância e da Juventude, e com o apoio integral da APROFEM, está cobrando na Justiça 460 milhões de reais que a Prefeitura deixou de aplicar na Educação em 1998. Também serão cobrados judicialmente 227 milhões de reais não aplicados na Educação em 1999, conforme atestado pelo Tribunal de Contas do Município.

Se lembrarmos que ainda serão feitas as contas do ano 2000, e não temos motivos para esperar outra tendência, dará para imaginar quanto fomos lesados nos últimos tempos, os Profissionais de Educação e a população.

DEZ ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

O ECA fez aniversário e pouco há para se comemorar da Lei que chegou trazendo a expectativa de mudanças nas formas autoritárias de tratamento ou encaminhamento nas políticas públicas e na Justiça, com a prática da democracia representada por espaços de participação popular nas

decisões relativas ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

A APROFEM, através das centenas de palestras proferidas nas escolas para professores, funcionários, alunos e membros da comunidade, pôde constatar quanto há por se fazer em termos de conscientização e participação de todos, visando o melhor para a criança e para o jovem, incluindo-se aí uma profunda reflexão sobre alguns dispositivos do ECA que se afiguram draconianos àqueles que têm, como seu cotidiano, a responsabilidade pela assistência e educação dessas crianças e adolescentes.

MOBILIZAÇÃO CONJUNTA

A APROFEM apoiou e participou de ato na frente da SMA, na avenida Paulista, exigindo o pagamento de 2,85% de reajuste retroativo a julho/97; de 25,32% de reajuste retroativo, também, para o conjunto do funcionalismo municipal; pagamento de setecentos e vinte reais referente a débito de documento-refeição para todos os servidores.

A Administração não se mostrou receptiva frente às solicitações. Restou positiva a união das Entidades Representativas do Funcionalismo no encaminhamento de propostas comuns e de interesse para toda a categoria.

INGLÊS NA SUPLENÇA

A Resolução CNE/CEB nº 1, de 5/07/2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Entre outras disposições, estabelece a obrigatoriedade da oferta de língua estrangeira nos anos finais do ensino fundamental e a idade mínima de 15 anos completos para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental.

REGULAMENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL

A Administração informa que os processos relativos à regulamentação do enquadramento para os servidores do Quadro de Apoio à Educação (Agentes Escolares) e dos demais Quadros do Funcionalismo, em que é prevista a Evolução Funcional, encontram-se na Assessoria Econômica da Secretaria das Finanças, desde 28/07/2000, para manifestação quanto aos recursos orçamentários e financeiros.

Para bom entendedor... a atual administração não pretende concretizar tão já, este legítimo direito dos servidores; e a APROFEM continuará lutando para superar estas dificuldades.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PARA OS ADIS DAS CRECHES MUNICIPAIS

A reivindicação de estender-se este benefício aos ADIs, submetidos à jornada de 30 horas semanais, é justa e isonômica. A Prefeitura reluta em atendê-la, respaldando-se em argumentos que não resistem a uma análise mais consistente.

A mobilização da APROFEM e das demais Entidades envolvidas deverá ser decisiva para reverter esta tendência e fazer com que estes valerosos servidores de nossas creches deixem de ser tão injustiçados.

AVERBAÇÃO DE TEMPO EXTRAMUNICIPAL

Segundo o Decreto Federal nº 3.048, de 06/05/99, que regulamenta a Previdência Social, a Certidão de Tempo de Contribuição para efeito de averbação poderá conter destinação do tempo de contribuição para, no máximo, dois órgãos distintos, quando solicitado por segurado que exerce cargo constitucionalmente acumuláveis (Artigo 130, § 7º).

Maiores informações podem ser obtidas no Setor de Atendimento da APROFEM, pelos seus associados.

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A APROFEM indicou um membro para a composição deste Conselho, que passa a fiscalizar a aplicação dos recursos do PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar), que deverão ser dirigidos exclusivamente à compra de gêneros para uma merenda de boa qualidade, com um mínimo de 15% das necessidades calóricas e protéicas para suplementação alimentar das crianças enquanto estiverem em sala de aula.

A nossa expectativa, além de que nossa indicação seja aceita pela Municipalidade, é de que os recursos específicos sejam geridos diretamente pelas Unidades que acolhem as crianças e jovens (escolas e creches), dentro do princípio de progressiva autonomia já assegurada pela legislação. Tal postura evitará, por exemplo, a aquisição de frango esfaldado a preço de lagosta.

REGRAS DE APOSENTADORIA

O DRH não reconhece o direito à aposentadoria especial do magistério para: especialistas de educação, auxiliares de direção, professores readaptados.

Encontra-se em estudos a situação dos POSL, POIE, Professores de CEMES e outros casos específicos.

Para efeito de aposentadoria especial e de aplicação do "bônus" (20% ou 17%) nas Regras de Transição, prevalece o entendimento de "exercício exclusivo de atividade em sala de aula (regência de classe)".

Tal entendimento será revertido em benefício de todos, se acatada a solicitação da APROFEM (vide matéria STF - O Especialista é professor, sim senhor!), na 1ª página).

PROIBIÇÃO DE VENDA DE ALIMENTOS (PORTARIA SUPREMA Nº 75, DE 31/07/2000)

Sugestão da APROFEM para evitar maiores transtornos:

A SME desperdiçou excelente oportunidade de preocupar-se com o que realmente afeta o cotidiano das escolas e a saúde dos educandos.

AÇÃO COLETIVA REAJUSTE QUADRIMESTRAL

Caso a Administração não se manifeste, o Departamento Jurídico da APROFEM deverá ingressar, nos próximos dias, com ação judicial coletiva visando obter para os seus associados o reajuste salarial de 2,85%, retroativo a julho/97, já reconhecido pelo Tribunal de Contas do Município.

De qualquer forma, a intencionalidade do veto parece ser a de coibir a proliferação de cantinas e assemelhados, bem como a costumeira venda de salgadinhos, por futuros formandos, comprometendo (na ótica da administração) as finalidades da merenda regular.

Entendemos que eventos programados (quer-messes, festas etc.) não devem se enquadrar nesta restrição; entretanto, a orientação deve ser para que a U.E. aprove a comercialização através da A.P.M. e sob a responsabilidade dessa instituição, e que esta aprovação seja referendada pelo C.E. Af, oficiar-se a DREM, anexando-se atas das deliberações já mencionadas acima.

De eventual indeferimento escrito, caberá recurso à Suprema.

INSALUBRIDADE PARA SERVIDORES OPERACIONAIS

A APROFEM voltará à carga, junto à administração que assumirá a Prefeitura em 2001, visando estender aos agentes escolares o adicional de insalubridade e aos vigias o adicional de periculosidade.

Argumentos não faltam: "Servente que trabalha em escola na limpeza de salas de aula, coletando lixo, bem como na limpeza de banheiros e vestiários de grande utilização faz jus ao adicional de insalubridade em grau médio, constatando perícia médica a nocividade à saúde do labor. Identidade do serviço, em potencialidade de risco, com a coleta de lixo urbano. (NR 15, da Portaria nº 3.214/78, Anexo 14) (TRT-PR, RO 2801/88)".

É relevante lembrar que a APROFEM já fez esta solicitação para as últimas administrações, e, até agora, nenhuma teve a sensibilidade de acatar os nossos argumentos, inclusive os de ordem legal.

ACONTECEU DESFILE

Aos 2 de setembro p.p. realizou-se, na região dos bairros Morro Doce e Jardim Britânia, desfile em comemoração ao Dia da Independência, evento esse coordenado pela EMEF Paulo Prado, em conjunto com as EMELs "Maria José Dupre" e "Morro Doce", as EMELs "Jardim Britânia" e "Aldo Ribeiro da Luz" e as EEPG "Zoraide Campos e Lu" e "Prof. Sebastião de Oliveira Gusmão".

A APROFEM, presente ao desfile, numa manifestação de apoio aos profissionais e alunos envolvidos, parabeniza os educadores pelo trabalho realizado.

II CICLO DE PALESTRAS DA DREM-12

De 29/08 a 31/08 aconteceu o II Ciclo de Palestras da DREM-12, envolvendo os Temas: "Brincadeiras, Jogos Cooperativos, Arte e Alfabetização" e "A Dimensão Ética no Pedagógico". Este evento, proposto pela Oficina Pedagógica da DREM-12, vem de encontro às solicitações das U.E.s, visando complementar as reflexões e questionamentos teóricos surgidos nos grupos de estudos, bem como propiciar subsídios teóricos-metodológicos.

A APROFEM, mais uma vez presente, envia cumprimentos pela iniciativa do trabalho.



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SEDE PRÓPRIA: PRAÇA DA SE. 371, 10º ANDAR - C.J. 1013- CEP 01001-901 - SÃO PAULO
 TELEFONE/FAX: 3105-1845 (SISTEMA SEQUENCIAL) - HOME PAGE: www.aprofem.com.br

Jornal APROFEM é uma publicação bimestral da APROFEM, dirigida aos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de São Paulo. Jornalista Responsável pela diagramação, Janio T. Ribeiro - MTB 12.359
OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

EXPEDIENTE

Diretor Responsável: ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR **Secretária:** ANA MARIA FERREIRA
Produção Gráfica: J.T. Ribeiro **Tiragem:** 28.000 exemplares

Circulação Dirigida com Distribuição Gratuita

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR

Vice-Presidente - MARGARIDA PRADO GENOFRE **Secretário Geral - ANA MARIA FERREIRA**
1º Tesoureiro - YOSHIMI TAKIUCHI **1º Secretário - ANTONIO BRAGA**
2º Tesoureiro - DINAURA DE MORAES TORELLI **2º Secretário - ROGÉRIO MORENO GOMES**

CONSELHO FISCAL

LEILA MARTINEZ SOUTO MARCIA MADALENA DO NASCIMENTO REGINA CLEMENTINO PAGLIONE
 MARIA AMÉLIA B. C. DA SILVA REGINA DRUKIER WAINTROB MOACYR NERY PALHARES

DEPARTAMENTOS

I - Especialistas

CLEONICE MORAES GIORDANO MARILENE CESCON RONNIE JOSÉ SENNE COSTA
 MARCIA MELLO CAMARGO JOSIANE DEL PAPA VERA LUCIA MACHADO MARQUES

II - Docentes

ODETTE DE SOUZA ORTIZ LE SENECHAL GENI GILLOZUBAS MARIA DE LOURDES TURBIANI
 ELAINE BARRIONUEVO BELMONTE KIM DÉBORA DE OLIVEIRA BECKER PELLEGRINI

III - Apoio à Educação (Administrativos e Operacionais)

MONIKA GIZELA PILLAT LIMA JOÃO LOPES DE MACEDO MARCIA NUNES TORRES
 MARIA DE FÁTIMA LOPES ARAMIS PRADA

Diário Oficial do Município
PUBLICAÇÕES DE INTERESSE DOS SERVIDORES

Esta seção retornará na próxima edição do Jornal APROFEM.

CURSOS A DISTÂNCIA DA APROFEM

Inegavelmente, a pioneira implantação do Curso a Distância pela APROFEM tem merecido o reconhecimento por parte daqueles que detêm discernimento e visão da necessidade de constante capacitação para os servidores municipais e, em especial, para os Profissionais de Educação.

A clareza, seriedade e profundidade da abordagem dos temas escolhidos; o rigor no controle das etapas, das horas demandadas e da correção das avaliações constituem garantias da qualidade do Curso e da rigidez da

avaliação, duas preocupações do debate sobre educação a distância.

Os milhares de participantes do nosso primeiro Curso (Projeto Pedagógico - Uma Visão Crítica) depararam-se com uma proposta séria, construtiva e de grande valia para o cotidiano de cada Profissional.

Quem não participou do primeiro Curso terá a oportunidade de inscrever-se para o segundo Curso a Distância (Projeto Pedagógico - Os Coordenadores do Processo), preenchendo a

Ficha de Inscrição anexa e tendo acesso aos Textos e Ficha Única

de Avaliação no site da APROFEM, a partir de 18 de setembro de 2000.

A intenção da APROFEM é de oferta sistemática de Cursos a Distância para todos os interessados, durante 2001 e nos próximos anos.

PARTICIPE, PARA NÃO SE ARREPENDER DEPOIS!



SUCESSO!



“Projeto Pedagógico – Os Coordenadores do Processo”

Módulo Único
8 horas

- **O Papel da Direção no Projeto Pedagógico e no Plano de Escola**
- **O Papel do Coordenador Pedagógico no Processo Pedagógico**

CRONOGRAMA

RECEBIMENTO DO MATERIAL

Módulo Único
Textos e Ficha de Avaliação disponíveis a partir de 18 de setembro de 2000.

ENTREGA

Entrega da Ficha de Avaliação Individual, devidamente preenchida e assinada (diretamente na Sede ou para as Equipes de Assessoria, contra-recibo, ou pelo Correio – registrada ou Sedex)
Módulo Único: Até o dia 30 de novembro de 2000.

EMIÇÃO DE CERTIFICADO

Serão emitidos em fevereiro/2001 e entregues diretamente aos participantes.

INSCRIÇÃO

Quem se inscreveu para o Curso anterior, **estará automaticamente inscrito para este**. Não precisa e não deve fazer nova inscrição. Quem perdeu o primeiro e for inscrever-se apenas para este, deverá preencher a Ficha de Inscrição anexa, com data-limite para devolução em 30 de novembro de 2000 ou inscrever-se pela Internet até esta data.

Este Curso pode ser feito por qualquer servidor do Quadro do Magistério do Ensino Municipal, do Quadro de Apoio (pessoal da Secretaria, Inspetores de Alunos e Agentes Escolares) ou de outros Quadros da Prefeitura (QPA, QPP etc.).

Não há limite de participantes por escola ou órgãos regionais e centrais da Secretaria Municipal de Educação.



Para outros esclarecimentos, procure o Representante Sindical da APROFEM ou acione diretamente nossa Equipe de Assessoria pelo telefone 3105-1845, para pronto atendimento.

- ✓ **O tema e os textos são acessíveis para todos os servidores?**

Sim. Em centenas de Unidades, todos estão discutindo os textos e respondendo as questões. Quem tem mais facilidade, orienta e esclarece as dificuldades: é o incentivo à atuação solidária.

Entretanto, há casos em que essa ação coletiva tem sido dificultada. Já prevendo esta situação, a APROFEM autorizou que o Curso possa ser feito integralmente em local livre, seja por um grupo, seja individualmente.

- ✓ **O Certificado de Participação será emitido para todos os servidores que enviarem as Fichas de Avaliação?**

A APROFEM avaliará responsabilmente todas as Fichas devolvidas; entretanto, só emitirá o Certificado para os participantes sindicalizados à APROFEM ou que se sindicalizarem até o dia 30 de novembro próximo.

- ✓ **O servidor pode participar de todo o Curso e filiar-se no prazo final (30 de novembro de 2000)?**

Exatamente. A única dificuldade que este servidor poderá enfrentar é a morosidade na tramitação de sua filiação junto ao DRH; como o primeiro desconto em folha pode demorar dois ou três meses, a emissão do Certificado poderá demorar um pouco. A sugestão é a seguinte: se o participante decidir sindicalizar-se, é bom que o faça logo – pode ser pela Internet, pelas Equipes de Assessoria ou pelos Representantes Sindicais.

- ✓ **Sendo filiado a outra Entidade, posso filiar-me à APROFEM?**

Sim. O servidor tem o direito de permanecer filiado a quantas Entidades quiser, bem como desfiliar-se a qualquer tempo. O sindicalizado à APROFEM contribui com uma mensalidade de R\$ 5,92 (para salário-base até R\$ 960,00), ou de R\$ 10,43 (para salário-base acima de R\$ 960,00).

- ✓ **O Certificado será válido para a Evolução Funcional?**

Os Cursos satisfazem todos os pré-requisitos legais para serem validados para a Evolução Funcional do Quadro do Magistério. O 2º Curso, que será concluído ainda neste ano, presumirá uma validação de **dois décimos** para o respectivo Certificado.

- ✓ **Para fazer o próximo Curso a Distância, quem está participando do primeiro precisará fazer outra inscrição?**

Não. Para racionalizar os trabalhos e facilitar a participação do servidor, quem se inscreveu para o Curso a Distância “Projeto Pedagógico - Uma visão crítica” **não precisará** fazer nova inscrição para o segundo Curso. Restará analisar os textos e responder à Ficha de Avaliação respectiva.

- ✓ **Quais serão os temas dos próximos Cursos?**

A APROFEM pretende selecionar temas específicos (Ed. Infantil, Ens. Fundamental I, Ens. Fund. II, Quadro de Apoio, Creches, Vida Funcional etc), dentre aqueles sugeridos em campo específico da Ficha de Avaliação – Módulo III do primeiro Curso ora em realização. Eles serão concretizados oportunamente, de acordo com a capacidade de organização da APROFEM.

- ✓ **Até quando serão promovidos estes Cursos?**

A intenção da APROFEM é de promovê-los ininterruptamente, de forma a proporcionar aos nossos leais e interessados colegas reais oportunidades de capacitação e progressão funcional. Torna-se crucial o compromisso de divulgação deste trabalho junto aos colegas que o desconhecem (e, por que não dizer, de convencimento aos mais céticos), para que estes não se sintam prejudicados num futuro próximo.

2º CURSO A DISTÂNCIA

Roteiro para a realização dos Cursos a Distância

● Preencher e fazer chegar à APROFEM a "Ficha de Inscrição para Participação no 2º Curso a Distância da APROFEM" (Anexo I – é possível encaminhar esta Ficha pessoalmente ou pela Internet ou por fax ou pelo correio).

Esta Ficha poderá ser complementada com novos nomes até a data-limite para devolução da Ficha de Avaliação – Módulo Único do Curso.

● Retirar os textos pela Internet ou diretamente na sede da APROFEM, de acordo com o cronograma já estabelecido.

● Promover a leitura, discussão e análise dos referidos textos, dentro dos prazos e horas estabelecidos.

A intenção é que essas atividades ocorram, prioritariamente, em momentos de cumprimento das horas-adicionais (JEI) ou horas-atividade (demais jornadas); isso porque o tema é pertinente, a atividade é legal e complementar a qualquer proposta consistente de trabalho coletivo para Profissionais de Educação.

Quando não for possível essa atividade (professor aposentado; jornada que não comporta as horas-atividade necessárias; pouca adesão do grupo; dificuldades no uso dos equipamentos da Escola etc.), a APROFEM considerará autorizado, excepcionalmente, que os trabalhos sejam realizados em local livre.

● Retirar a Ficha de Avaliação Individual pela Internet ou diretamente na sede da APROFEM, de acordo com o cronograma já estabelecido.

● Fazer chegar à APROFEM a Ficha de Avaliação Individual, até a data-limite constante do cronograma.

● Os quesitos que compõem a Ficha de Avaliação deverão ser completamente respondidos pelo interessado de forma crítica e sincera. A avaliação da APROFEM levará em consideração a constatação de que o texto foi de fato trabalhado e não a expectativa de concordância ou discordância com este ou aquele conceito emitido pelos autores.

● A Ficha conterá o Quadro de Horas Trabalhadas (local específico para registro da data, horário e local em que o trabalho foi desenvolvido). **Se na Unidade, deverá ser assinado preferencialmente pelo CP ou Chefe; se em local livre, pelo próprio interessado.**

(Obs. – A constatação do uso de má fé neste preenchimento caracterizará falsidade ideológica).

Embasamento Legal

✓ Lei nº 9.394, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Art. 67 - Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

...
II. aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

...
V. período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

Art. 87 - É instituída a Década da educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 3º Cada Município, e supletivamente o Estado e a União, deverá:

...
III. realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância.

✓ Indicação CME 04/97 - Diretrizes para a elaboração do Regimento Escolar

...
5.8. A escola deverá assegurar o contínuo aperfeiçoamento dos recursos humanos, discutindo e fazendo constar de seu regimento, propostas concretas de capacitação coerentes com o projeto pedagógico, utilizando prioritariamente a equipe técnica na sua implementação e, complementarmente, propostas alternativas que poderão ser viabilizadas com recursos humanos e materiais garantidos pelos órgãos regionais e centrais.

5.9. A presença dos profissionais em cursos e outros eventos relevantes patrocinados por terceiros deverá ser incentivada, assegurando-se o não prejuízo às atividades escolares.

✓ Indicação CME 01/99 - Formação e Aperfeiçoamento de Professores
O município e a formação do magistério

É importante destacar algumas ações que devem ser prioritariamente consideradas pelo Poder Público Municipal, quais sejam:

...
e) propiciar ao docente oportunidades que o incentivam à pesquisa, com vistas ao aprimoramento de práticas didático-pedagógicas, com destaque a formas de avaliação;

f) possibilitar ao docente o intercâmbio de diversas experiências pedagógicas em nível nacional ou internacional;

g) assegurar, nos planos de formação continuada dos docentes, ações que focalizem a atitude reflexiva do professor em relação ao seu ensino e às condições sociais que o influenciam;

h) orientar os educadores no sentido de mobilização dos vários tipos de saber relacionados a uma prática reflexiva, a uma teoria e a uma militância pedagógica.

i) propiciar aos docentes treinamentos em serviço no âmbito da escola, dos órgãos regionais ou centrais da Administração, ou ainda em entidades dissociadas da Administração;

j) possibilitar aos docentes a oportunidade de contar com os instrumentos utilizados na "educação a distância", visando o aprimoramento do seu trabalho diário e integrado com as diversas áreas do conhecimento.

✓ Decreto nº 33.792, de 3/11/1993 - Evolução Funcional

Art. 9º - São considerados títulos, para os efeitos deste decreto:

...
II - Participação em cursos em área de interesse da Educação;

...
Art. 11 - Observadas as demais disposições deste decreto, são considerados cursos referidos no inciso II do art. 9º:

...
f) cursos promovidos, patrocinados ou indicados pelo órgão oficial competente, bem como qualquer curso que, dentro das especificações deste decreto, tenha sido realizado em instituições ou Entidades legalmente reconhecidas;

§ 3º - Os comprovantes de participação nos cursos, expedidos pelas entidades que o promoveram, deverão conter, no mínimo, o período de sua realização, a carga horária respectiva e, quando for o caso, a nota de aproveitamento.

✓ Tabela anexa à Portaria nº 7.780, de 10/11/1993
Títulos

...
II - Cursos em área de interesse da educação:

...
f) cursos promovidos, patrocinados ou reconhecidos por órgão oficial ou cursos realizados em instituições legalmente reconhecidas:

	valor unitário	valor total
- com mais de 40 h	0,5	3,0
- de 20 a 40 h	0,3	1,8
- até 19 horas	0,2	1,2

Emissão de Certificados

A emissão dos Certificados é prerrogativa legal da APROFEM.

De cada filiado participante, serão avaliados os aspectos qualitativos das respostas e o regular preenchimento do Quadro de Horas Trabalhadas.

A APROFEM se reserva o direito de não emitir o respectivo Certificado, caso se evidencie qualquer irregularidade (respostas idênticas, ausência de assinaturas, chegada da Ficha fora do prazo etc.). Neste caso, o Profissional afetado será avisado e poderá recorrer ao Presidente da APROFEM justificando o ocorrido; a decisão irrecorrível do Presidente ocorrerá em até 45 dias da data do protocolo do recurso.

A avaliação PS (plenamente satisfatório) terá como um dos seus requisitos, que pelo menos metade das horas-relógio do Curso tenham ocorrido no âmbito das Unidades Escolares, Regionais ou Centrais da SME. Caso isso não ocorra, o participante poderá ser avaliado com o conceito S (satisfatório), também suficiente para a emissão do Certificado.

ANEXO I

Ficha de Inscrição para participação no 2º Curso a Distância da APROFEM: "PROJETO PEDAGÓGICO – OS COORDENADORES DO PROCESSO".

8 horas

E.M.: _____		DREM: _____	
REG. FUNC.	NOME LEGÍVEL	CARGO/FUNÇÃO	

Obs.: Só preencher os dados quem NÃO participou do 1º CURSO A DISTÂNCIA. Fazer chegar à APROFEM até 30 de novembro de 2000.



CADERNO *Eleições 2000* ELEITORAL

Propostas dos Principais Candidatos a Prefeito para a área da Educação

(Informações coletadas de reportagens publicadas nos jornais "O Estado de São Paulo" e "Diário Popular")

GERALDO ALCKMIN - Nº 45 - PSDB

A escola, centro do bairro - Protegida e segura, iluminada e de fácil acesso, equipada e conservada, aberta aos finais de semana com atividades de cultura, arte e lazer e também aberta à noite para pais e idosos.

Mais tempo na escola - Aumentar a jornada do aluno do ensino fundamental para 5 horas diárias. É o fim do turno da fome. Todos estudando cinco horas por dia em escolas com aulas de recuperação e reforço para quem tem dificuldades e classes de aceleração para os alunos defasados.

Atendendo a quem precisa - Dá para resolver o problema da demanda reprimida na Capital. É preciso investir seriamente e aumentar as vagas para a educação infantil - creches e pré-escolas - sem ceder a critérios políticos ou assumir compromissos com empreiteiros.

Livre para decidir - Descentralizar recursos para que as escolas tenham autonomia financeira e pedagógica para que diretores e professores não sejam escravos da burocracia. É o dinheiro na escola para que ninguém fique impedido de realizar um ensino de qualidade.

Valorizar o professor e o aluno - Para isso, o quadro do magistério será capacitado, um

novo e moderno plano de carreira será discutido e implementado, promovendo a recuperação salarial dos profissionais do setor. Universidades públicas e privadas serão parceiras na atualização dos professores.

Implantar zeladorias nas escolas com guardas municipais.

Garantir transporte escolar nas regiões onde há problemas de atendimento.

Estabelecer parcerias com faculdades e universidades, que poderão conceder créditos para estágios nas escolas.

Criar mais creches em convênios com instituições especializadas.

Articular a creche com o sistema municipal de ensino.

Implementar aulas de recuperação e reforço de alunos.

Utilizar efetivamente a informática para fins pedagógicos.

Possibilitar a continuidade de estudos no período noturno.

Criar oportunidade de escolarização para jovens e adultos.

Atendimento de qualidade às crianças portadoras de necessidades especiais.

Contratar novos professores.

LUIZA ERUNDINA - Nº 40 - PSB

Adaptar a rede pública de ensino à distribuição da demanda para garantir escola de qualidade a toda criança.

Garantir alimentação adequada dos alunos de ensino fundamental.

Investir na qualidade do ensino, introduzindo técnicas modernas de informação e comunicação.

Promover a atualização e a requalificação permanente dos educadores.

Desenvolver projeto pedagógico de ensino infantil, fundamental, médio, especial e de alfabetização de adultos.

Ampliar para 6 horas por dia a jornada do ensino fundamental.

Democratizar o sistema de ensino, adotando a gestão participativa de professores, alunos e pais e instituir a autonomia das escolas.

Qualificação / requalificação / valorização de professores, estabelecendo plano de carreira e aumentos salariais.

Integração - parceria com o Terceiro Setor, Terceira Idade e entidades civis para programas de reforço educacional.

Partilha - do espaço físico da rede, como áreas de lazer e de atividades comunitárias.

Ônibus-Biblioteca - que passarão a circular pelo maior número de bairros.

Sistema de Informação Gerencial e Pedagógica - criação de banco de dados e informações sobre a rede escolar.

Verba de escalão - desburocratizar e aumentar a verba para pequenas obras.

Facilitar o acesso às escolas, abrindo novos turnos e/ou aumentando o número de salas de aula.

Fazer convênios com entidades para que sejam oferecidas atividades extracurriculares para preencher a jornada mais longa nas escolas.

Expandir a rede de creches e atualizar o repasse de verbas per capita para as conveniadas.

Adotar o Mova (movimentos de alfabetização), para adultos.

Abrir escolas para multiuso das comunidades.

Dar autonomia às escolas: cada uma poderá administrar seu próprio orçamento.

Introduzir o ensino de capoeira em toda a rede municipal, como uma prática educativa e cultural.

PAULO MALUF - Nº 11 - PPB

Mais estudo - Ampliar a carga horária de estudo com computação e uso da Internet. Estudar a ampliação da carga horária nas escolas, diferenciada entre os bairros.

Vagas para todos - Do ensino fundamental ao profissionalizante: transporte gratuito e público que distribua os alunos pelas escolas. Em casos especiais de falta de vagas em escolas públicas, os alunos terão um vale-educação - um salário mínimo -, para acesso às escolas privadas, enquanto são construídos prédios escolares. Bolsas estimadas: 100 mil.

Escola autônoma - As escolas terão autonomia com gestão compartilhada com os Conselhos de Pais e Alunos.

Leve mais leite - Retomar distribuição mensal de dois litros de leite por criança nas Eméis e incluir as creches no programa Leve Leite.

Professor hoje - Modernização dos meios de educação, com uso de computação e Internet. Concluir processo de informatização das escolas com mais 20 mil microcomputadores; promover a contratação de monitores de informática e conectar todos os micros das escolas à Internet. Cursos de atualização pedagógica; bolsas de aperfeiçoamento no Exterior; convênios internacionais de educação.

Ensino profissionalizante - Os cursos atuais serão ampliados e modernizados.

Volta à escola - Equipes de sociólogos localizarão menores de 7 a 14 anos que não estão matriculados.

Salas de reforço - Salas especiais serão criadas em todas as escolas.

Escola segura - Zeladoria para guardas metropolitanos morarem com a família na escola.

Construir 125 novas creches e firmar convênios com outras 125 mantidas por entidades beneficentes ou ONGs; criar mais 35 mil vagas em quatro anos.

Abrir as escolas nos fins de semana para atividades esportivas e culturais, com monitores contratados especialmente para isso, e para fornecer merenda escolar aos alunos carentes.

MARTA SUPPLY - Nº 13 - PT

Educação é prioridade. O objetivo de nosso governo é o fortalecimento da escola pública, gratuita e laica, alegre e criativa. A diretriz básica é a democratização do acesso e permanência, da gestão e do conhecimento. De modo bastante sintético, as propostas e metas são as seguintes:

Realizar um censo educacional, para aprofundar diagnóstico da educação, e elaborar, com participação social, um plano educacional para a cidade.

Ampliar o atendimento em educação infantil, no ensino fundamental, na educação de pessoas jovens e adultas, garantindo atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais.

Instituir a renda mínima escolar.

Fortalecer os Conselhos de Escola deliberativos e democratizar o Conselho Municipal de Educação.

Fortalecer a autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola.

Negociar com os sindicatos as reivindicações salariais, de condições de trabalho e propostas educacionais.

Fazer da escola espaço de construção de conhecimentos significativos. Para isso, são necessárias formação permanente de educadores; melhora dos salários e das condições de trabalho dos profissionais em educação; arti-

culação do espaço escolar aos espaços culturais, de esporte e lazer e garantia de acesso às novas tecnologias da informação.

Ampliar a carga horária para 5 horas diárias no ensino fundamental.

Articular as ações das esferas municipal e estadual.

Rever os contratos de terceirização de creches; pretende-se substituir a gestão privada pela pública.

Investir na construção de novas salas de aula em áreas de maior carência e introduzir projetos para ampliação do tempo na escola (esporte, lazer, cultura, prevenção da aids etc.).

Retomar o Mova (movimento de alfabetização), para adultos, negociando a abertura de cerca de 5 mil salas de aula da rede estadual no período noturno.

Dividir o ensino fundamental em ciclos: pré-adolescência (9 a 11 anos), adolescência (12 a 14 anos), adequando as escolas por meio de mudança curricular e preparação dos professores.

Desenvolver, com a CUT, o Projeto Integrar, de escolarização de jovens e adultos com profissionalização.

Promover o orçamento participativo.

Negociar com o Ministério da Educação a construção de novos campus na Universidade Federal Paulista, USP e Unesp.

ROMEU TUMA - Nº 25 - PFL

A escola infantil e o ensino fundamental devem ter um investimento forte da prefeitura.

Trazer a criança para a pré-escola, dando creches. Construir creches nas favelas. Garantir que ninguém fique sem escola.

Aumentar a carga horária dos alunos gerando maior permanência na escola, além de período de lazer e de alimentação diária.

Rever todo o processo seletivo e educacional, conversando com representantes das categorias profissionais.

Criação de escolas profissionalizantes, a fim de obter a recondução ao mercado de trabalho.

Construção de novas escolas, principalmente nos bairros da periferia.

O Jornal APROFEM edita mais uma vez o Caderno Eleitoral, com propostas dos candidatos de diferentes partidos que, voluntariamente, procuraram esta democrática forma de divulgação das idéias.

CANDIDATOS À PREFEITURA DE SÃO PAULO

LUIZA ERUNDINA

Nº 40 - PSB

CIDADANIA, ÉTICA E SOLIDARIEDADE

A população de São Paulo está farta de escândalos, falcatruas e ineficiência administrativa. Como se não bastasse, São Paulo é uma Cidade que se revela assustadora, seja pelo crescimento demográfico registrado nas últimas décadas, seja pela extensão da área construída.

É uma metrópole que, por características e peculiaridades, requer um modelo de gestão capaz de propiciar a participação do cidadão nas decisões políticas, e também no controle e na fiscalização das ações de governo. Defendemos a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento, que assegure o pleno exercício da cidadania a todos os paulistanos.

Nosso Programa de Governo está sendo elaborado com participação direta das comunidades. Nos Encontros Regionais que realizamos, colocamos em prática o modelo de gestão democrática que pretendemos adotar na administração de São Paulo, caso a nossa proposta de governo seja a escolhida nas eleições municipais de 2000.

O nosso objetivo é criar uma parceria entre o governo e a sociedade, inspirada na solidariedade. Queremos unir os "elos de cidadania" e demolir os "muros de exclusão" que fazem todos, ricos e pobres, reféns da Cidade.

Questões ligadas à falta de segurança e à crise econômica, como os altos índices de criminalidade e o aumento do desemprego, perturbam a todos. Para mudar o atual estado de coisas, lançamos o movimento "São Paulo Somos Nós", cuja finalidade é resgatar a dignidade e a auto-estima desta Cidade-País.

Estamos debatendo com toda a sociedade paulistana propostas para venceremos a crise. Esta tarefa imensa não pode ficar restrita a apenas um

partido político ou uma coligação político-eleitoral. Queremos que esse movimento cresça e alcance os mais diversos setores da nossa cidade. Estamos abertos para isso.

Propomos uma autêntica revolução na gestão da Cidade, para promover não uma simples descentralização administrativa, mas uma verdadeira descentralização do poder. Pretendemos substituir a abordagem técnico-administrativa pela abordagem política da Cidade.

Neste sentido, estamos lançando um projeto de iniciativa popular, prevendo a criação de Subprefeituras e Conselhos de Representantes eleitos pelo povo, para fiscalizar as ações do poder executivo. Preconizamos um modelo baseado no tripé cidadania, ética e solidariedade.

Afinal, estamos falando de São Paulo, uma das maiores cidades do planeta, um dos pólos dinâmicos do mundo globalizado, mas ao mesmo tempo um centro urbano que possui regiões com características e necessidades próprias. Precisamos atender a população em todos esses territórios da Cidade, nos lugares onde o ser humano realiza a sua existência individual e coletiva, e projeta o futuro dessa metrópole multicultural.

Além da democratização da gestão da Cidade, temos de gerar emprego e renda, com crescimento econômico e distribuição da riqueza. É necessário, portanto, investir em programas que criem empregos, e implementar uma política tributária que distribua renda e promova justiça social. Incentivos fiscais poderão estimular investimentos privados, principalmente nas micro, pequenas e médias empresas, e desenvolver, por exemplo, o turismo de negócios.

A prevenção e o combate à violência é outro ponto fundamental, que deve ser preocupação permanente da Prefeitura. Para isso, torna-se urgente a introdução de programas sociais em regiões vulneráveis da Cidade, além de atividades sócio-educativas em tempo integral, para tirar as crianças e os adolescentes das ruas.

Caso as nossas propostas mereçam a confiança dos eleitores paulistanos, vamos priorizar a ação da Guarda Civil Metropolitana, para

prevenir a criminalidade nas escolas, equipamentos e espaços públicos. Teremos uma polícia comunitária, gerenciada pela população.

Enfrentar o problema do trânsito também é prioritário. A próxima administração municipal não poderá negligenciar esse setor. Não dá mais para investir em obras vivas caríssimas, que muitas vezes comprometem as finanças públicas e produzem resultados práticos duvidosos.

Teremos de fazer obras de engenharia de tráfego, corredores exclusivos e parcerias com o governo do Estado, para viabilizar a execução de projetos como o Rodanel, cujo objetivo é desafogar o trânsito da Cidade. Vamos analisar a viabilidade de promover investimentos municipais no Metrô, para apressar a entrega de novas linhas e melhorar as condições de transporte.

Cidadania pressupõe solidariedade. Para a próxima administração municipal, propomos que os cidadãos sejam participantes de um projeto de Cidade que compatibilize o particular e o geral, o individual e o coletivo, visando o bem-comum.

Isso significa que os planos e programas municipais precisam ser concebidos e orientados no sentido de atender, em parceria com o capital privado, os direitos do cidadão. Para isso, a função social das empresas será estimulada, tendo em vista, sempre, o bem-comum.

A liderança de São Paulo, hoje, decorre em boa parte de atividades que transformaram a Cidade num grande centro de decisões, o que também é consequência da integração crescente do País ao mundo contemporâneo. Nosso trabalho, enquanto poder público, é o de gerir os recursos públicos, com a máxima seriedade, honestidade e competência, a fim de ampliar o alcance dos serviços municipais e elevar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

A Candidata é deputada federal pelo PSB-SP e candidata a prefeita de São Paulo. Foi vereadora, deputada estadual, prefeita de São Paulo (1989-1992) e ministra-chefe da Secretaria de Administração Federal (governo Itamar Franco).

TEXTO ENVIADO PELA CANDIDATA

CANDIDATOS À CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ANA MARIA QUADROS

Nº 45.633 - PSDB

Ana Maria Quadros está em seu segundo mandato consecutivo. Professora há 38 anos, 25 dos quais dedicados à Rede Pública de Ensino, conhece como ninguém os problemas e as dificuldades do setor e trabalha por ele de sua tribuna. Foi, no ano passado, presidente, e hoje é vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo.

Paulistana, casada e mãe de duas filhas, foi eleita com mais de 13 mil votos. Defende os interesses da população de São Paulo, votando sempre a favor das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para apuração das irregularidades, das comissões processantes, das cassações e contra a extinção da CPI da Máfia dos Fiscais.

Apresentou, desde 1995, 129 projetos, sobre os mais variados assuntos, alguns dos quais transformaram-se em leis: o que institui o Programa de Planejamento Familiar, o que amplia os pontos de venda de passe escolar, o que permite à própria direção das escolas municipais providenciar o destino de seus materiais inservíveis, o que institui o Dia do Surdo, o que determina que as escolas da rede municipal de ensino passem a oferecer programas de orientação sexual para todos os seus alunos, o que determina que as escolas da rede municipal de ensino desenvolvam projetos que tenham como objetivo o estudo das relações de gênero (igualdade entre os sexos) e o que institui o Dia da Fundação do Bairro do Bixiga.

Estão já aprovados e aguardam derrubada de veto o projeto que determina o funcionamento de creches municipais no período noturno e o que cria Centros Comunitários Educacionais em espaços destinados aos alunos.

Foram apresentados e aguardam votação, entre outros, os seguintes projetos: o que cria o Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência; o que cria Centros Comunitários para Pessoas de Terceira Idade; o que obriga a inclusão de Noções de Primeiros Socorros no programa de Ciências; o que cria o Serviço Municipal de Assistência Jurídica Gratuita; o que obriga a inclusão de projetos de Educação para a Cidadania nas Escolas Públicas Municipais; o que autoriza o Município a fornecer cadeiras de roda, muletas, aparelhos e equipamentos aos portadores de deficiência física; o que determina adoção de legendas ou linguagem de sinais nos programas de TV; o que determina a circulação de linhas de ônibus no período noturno entre 0 e 5h; o que determina a manutenção de um profissional habilitado na linguagem de sinais nos hospitais e postos de atendimento médico-hospitalar da Rede Municipal; o que dispõe sobre a criação de campanhas educativas sobre a diabetes; o que cria a Casa-dia para Idosos; o que obriga a emissão de carteiras de identidade para alunos da Rede Municipal; o que dispõe sobre a proteção, participação e deveres do usuário do Serviço Público Municipal com a participação da comunidade; o que autoriza o estabelecimento no Município de São Paulo do Programa de Atendimento Integral ao Ado-

lescente (autoria conjunta) e o que institui o Plano Municipal de Educação (autoria conjunta), atendendo à Constituição Federal, à Lei de Diretrizes e Bases, à Constituição Estadual e à Lei Orgânica do Município, garantindo qualidade de ensino e vagas.

Ana Maria Quadros presidiu, também, além da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes, as Comissões Especiais de Estudos da Câmara Municipal sobre a Gravidez na Adolescência e de Educação de Jovens e Adultos. Participou, como membro, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e das Comissões Temporárias de Segurança nas Escolas e sobre a Saúde da Mulher no Município de São Paulo. Atualmente preside a Comissão Temporária de Alcoolismo, Tabagismo e Dependências Químicas e participa da Comissão Temporária de Estudos sobre a Criança e o Adolescente.

Tem acompanhado e fiscalizado a execução do Orçamento Municipal, denunciando desmandos na aplicação de verbas nas áreas da Educação, Limpeza Pública e Transportes, além de apresentar solicitações da população junto aos órgãos públicos.

Mantém seu gabinete sempre aberto, aguardando sua visita e seu contato.

ARCHIBALDO ZANCRA

Nº 22.633 - PL

PROPOSTA

Com o pensamento voltado para a população de São Paulo pretendemos continuar dando prioridade ao atendimento à segurança dos municípios, creches, escolas, terceira idade, saúde e pavimentação. A ecologia e o meio-ambiente também fazem parte de minhas prioridades e, neste caso, lembro que hoje o Parque Ecológico de Vila Prudente, projeto de minha autoria, já é uma realidade. Sempre pautei minha vida com lisura de ideais, visando o bem estar e a qualidade de vida de todos.

ARLINDO AFONSO ALVES

Nº 14.321 - PTB

PROPOSTA

A principal preocupação é o social. Educação é o conceito do conhecimento básico e moral, é a herança e o privilégio da humanidade. Como processo evolutivo da criança e do adolescente a minha preocupação fundamental é criar:

Creches interativas básicas - a manutenção das crianças e adolescentes usadas como componente de relação família e sociedade civil, permitindo que seja a principal meta.

TEXTOS ENVIADOS PELOS CANDIDATOS

A isenção e redução de impostos e taxas que absorvem o sucesso dessa meta.

Com o transporte gratuito de uma parcela das empresas de ônibus satisfaz as necessidades sociais de eventos culturais.

A criação da guarda municipal mirim ocupando uma parcela do tempo diário dos adolescentes e crianças, integrando a cursos técnicos e lições de cidadania.

Os educadores lembrados como colaboradores nesse processo de evolução das crianças e adolescentes com salários dignos e compatíveis, tornando-os efetivos líderes de transferência de conhecimento.

Integrando o sucesso das atividades escolares estão os CDMs (Centros Desportivos Municipais), são ferramentas complementares às atividades esportivas, com os espaços aproveitados para esse fim.

É fundamentalmente fazer que a lei do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) seja cumprida.

AURELINO DE ANDRADE

Nº 25.633 - PFL

Natural de Guanambi, Bahia, de onde migrou para São Paulo, em 1940, tendo atuado nesta capital no bairro de São Miguel Paulista, inicialmente como operário da Cia. Nitro Química Brasileira, onde foi soldador e contra mestre, oportunidade em que, como líder sindical, procurou reivindicar melhores condições de trabalho e salário para seus pares. Foi fundador do sindicato das indústrias química e farmacêutica do Estado de São Paulo, sendo um de seus primeiros diretores, além de ser escolhido delegado, pela classe, no 1º congresso sindical dos trabalhadores, em outubro de 1946, no Rio de Janeiro, onde enfrentou uma luta árdua em benefício dos trabalhadores.

Eleito para a Câmara Municipal de São Paulo pela primeira vez no ano de 1956, cumpre atualmente sua nova legislatura, reeleito em todos os pleitos que disputou, sendo esta, a maior prova de reconhecimento do povo que representa.

Homem extremamente versátil e atuante, não tem por hábito plagiar seus concorrentes ou sequer assumir a autoria de obras para as quais não colaborou decisivamente. Reconhecimento é a pessoa que mais atua em benefício da zona leste, mais especialmente em São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo, Itaquera e Guaianazes, tendo notável participação nos assuntos de interesse geral de toda a comunidade paulistana, como: educação, saúde, transporte, segurança e várias obras públicas.

Teve participação efetiva na criação do ensino primário municipal, projeto de responsabilidade do executivo, que, no entanto foi liderado em 1956 pelo recém eleito vereador Aurelino de Andrade, projeto este, que se consolidou através da lei nº 5.607, de 30/04/1959. Atuou na criação do Conselho Municipal de Educação, bem como obteve uma participação ativa e muito significativa na lei nº 11.229, de 26/06/1991 -

Estatuto do Magistério Público Municipal de São Paulo. A partir dessa oportunidade, não mais deu tréguas aos responsáveis pelo planejamento e execução das obras públicas necessárias para que a população que por reiteradas vezes o levou a edificação paulistana, tivesse minimizadas as dificuldades encontradas em seu dia a dia.

Hoje a zona leste concentra o maior número de escolas públicas por região da América Latina. A Rede Hospitalar Municipal é uma realidade nessa região, com presença marcante em São Miguel Paulista, Itaim Paulista e Ermelino Matarazzo. O abastecimento é também ponto marcante com o mercado municipal de São Miguel Paulista.

As congratulações à população Itainhense por mais uma conquista na região deve-se a este vereador, onde com muito esforço e dedicação, transformou o distrito em região administrativa sob Decreto nº 39.597, 6 de julho de 2000, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo.

Após 10 anos de posto avançado finalmente a tão esperada Regional do Itaim Paulista.

Outro fato de muita importância ainda nesta nova legislatura fora o viaduto do Itaim sobre a ferrovia da CPTM, que também teve a participação deste punho de ferro, o vereador indicou à Prefeitura de São Paulo. E com sucesso chegou a resposta do secretário do governo municipal em ofício nº 115/2000 SGM/APA/MS, obra esta que já incluída no orçamento de 2000 iniciará a qualquer momento.

CELSON JATENE

Nº 14.000 - PTB

PROPOSTA

Educação - Uma de nossas prioridades será a implantação do período integral para os alunos do ensino fundamental da Rede Municipal, sendo 5 horas para o currículo escolar e 3 horas para atividades complementares como esportes, música, informática, iniciação a cursos profissionalizantes, noções práticas de higiene e saúde, recreação e lazer que irá contribuir para a redução de crianças nas ruas, diminuição da criminalidade, valorização do papel da escola pública e dos educadores.

Saúde - A implantação na Capital do modelo Qualis - sistema moderno e eficaz que proporciona ao cidadão o direito à saúde preventiva: com redução de custos, formação e atuação de Agentes Comunitários de Saúde resgatando o modelo do médico de família, com atendimento porta a porta. Atuaremos ainda na criação e aprovação do Zoneamento de Saúde, distribuindo os leitos hospitalares pelas regiões mais afastadas e carentes.

Habitação - Defendo a imediata reestruturação dos Centros Desportivos Municipais (CDMs), implantação de uma Casa de Cultura em cada distrito e implantação de Centros de Convivência da Terceira Idade, para melhoria da qualidade de vida dos idosos.

CLAUDETE

Nº 13.777 - PT

A candidatura de Claudete, que disputa uma vaga na Câmara Municipal de São Paulo, é de todos os servidores municipais e seu mandato não será diferente.

Ninguém melhor que essa companheira de fibra, mulher guerreira, negra, de 40 anos de idade, casada e mãe de dois filhos, que não tem pena na língua e usa de ousadia e inteligência, conhece bem de perto os problemas mais comuns dos trabalhadores e o drama que a categoria dos servidores públicos municipais têm enfrentado há quase oito anos, com as nefastas administrações de Maluf/Pitta.

Claudete tem sido a "pedra no sapato" desses políticos descarados, pois foi uma das primeiras a denunciar os esquemas de corrupção, desempenhados por esses senhores, na imprensa e nas ruas da cidade.

Desde os 15 anos de idade, Claudete já militava em movimentos populares e bem mais tarde, já como ADI (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil), ganhava destaque na luta dos funcionários das creches municipais por melhores condições de trabalho.

A garra de Claudete a levou ao comando do maior sindicato de servidores públicos municipais da América Latina, o Sindsep, onde ela exerce seu segundo mandato como presidente.

Claudete também faz parte da Diretoria Executiva da Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado de São Paulo e é vice-presidente da ULATMUN (União Latino Americana dos Trabalhadores Municipais).

Enquanto presidente do Sindsep, puxou passeatas e várias manifestações, chamando a atenção da opinião pública para o descaso, a desordem e os absurdos praticados por Maluf/Pitta.

Claudete quer ser eleita vereadora, para dar continuidade a sua luta, mas lá na Câmara, onde espera poder propor e ter aprovadas, medidas que contribuam para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, da população em geral e dos serviços públicos.

Claudete quer levar moralidade, honestidade e compromisso ao Legislativo Municipal e lembra os trabalhadores que a direita, infelizmente, ainda é maioria na Câmara e foi eleita pelo próprio povo.

"Cabe a nós, cidadãos, varrer de lá os corruptos e eleger candidatos que estejam comprometidos com os interesses dos trabalhadores. Vamos aumentar a bancada do PT na Câmara e eleger Marta Suplicy, prefeita de São Paulo", ressalta Claudete.

PROPOSTA

EDUCAÇÃO - Universalizar o atendimento nas Creches e EMEIs

do município e ampliando, dessa maneira, o atendimento da rede e garantindo a qualidade.

SERVIDOR PÚBLICO - Recuperar a dignidade do servidor público, através da implantação do Contrato Coletivo de Trabalho e da Revisão do Estatuto do Funcionalismo Municipal, com recuperação salarial.

CORONEL RICARDO

Nº 20.645 - PSC

PROPOSTA

Estamos em plena campanha eleitoral e, por consequência, muito se fala, muito se discute e principalmente muito se escreve sobre os temas mais polêmicos, de vital interesse da sociedade. "Educação - Segurança" -, sem dúvida, priorizados por toda a opinião pública. Assim, por exemplo, ouvimos ou tomamos conhecimento das mais variadas propostas e, até mesmo, soluções para os problemas relativos à segurança pública ou, mais propriamente, à falta dela, bem como os relativos à educação.

Muitos candidatos a vereador ou a prefeito têm apresentado várias propostas sobre esses temas, mas algumas inconsistentes, outras inconstitucionais, outras inexequíveis...

Tais candidatos não levam em consideração a necessidade de reconhecer que segurança pública depende, e está diretamente relacionada à qualidade de educação recebida pela criança, e que, um adulto instruído tende a ser menos violento do que aquele que não recebeu educação e instrução básicas. Portanto, uma "Escola" de qualidade que priorize, além do ensino curricular, formação moral, cívica, religiosa, social, cultural, estará garantindo, com certeza, a formação de adultos mais felizes e uma sociedade menos violenta.

Como bem diz minha mãe, professora aposentada, da qual tenho o orgulho de ter sido aluno: - "No meu tempo os alunos se levantavam, quando eu andava à sala de aula, perfilavam-se no pátio, cantavam o Hino Nacional, tinham muito respeito, e... gostavam muito, muito dos professores...". Pensando bem, quem não sente saudades daqueles tempos?

A volta, ou o encontro do caminho para um ensino de qualidade, tem que passar necessariamente pela valorização dos profissionais da educação, suficientemente treinados, motivados com salários dignos e compatíveis com a responsabilidade que têm "nos ombros", ou seja, da reconstrução de um modelo de sociedade "feliz, justo e digno".

É fundamental a maior sincronia, o melhor aproveitamento dos recursos públicos destinados à educação: a) sob a responsabilidade do Município, a educação infantil e o ensino fundamental; b) sob a responsabilidade do Estado, o ensino médio; c) sob a responsabilidade da União o ensino superior.

A sincronia dos recursos e a otimização do bem público será nossa proposta e bandeira para defesa no plenário da Câmara Municipal, e parece-nos ser um primeiro passo para a solução dos problemas da Educação Pública e da Segurança, pois para a efetiva aprovação desta proposta será necessário o entrosamento dos nossos governantes, nas esferas municipais, estaduais e federal, despojados de suas vaidades e ambições políticas individuais e partidárias.

O Candidato é oficial da Polícia Militar, é casado com Laís Guimarães Salgado, prof.º. Nível II.

DOMINGOS DISSEI

Nº 11.696 - PPB

PROPOSTA

Educação, segurança e saúde são sinônimo de qualidade de vida.

Educação, segurança, saúde e uma melhor qualidade de vida para as pessoas da Terceira Idade. Essas são as metas que vou priorizar para a cidade durante a próxima legislatura na Câmara Municipal.

Na área da educação, vou apresentar proposta possibilitando o acesso à escola pública em todos os níveis, com a ampliação do número de vagas tanto nas creches como EMEIs - Escola Municipal de Educação Infantil, e EMEFs - Escola Municipal de Ensino Fundamental, gerando mais vagas e possibilitando uma maior permanência dos alunos nas salas de aulas. Além disso, defendendo um amplo estudo para melhorar o nível salarial dos professores, pois uma boa escola tem que ter bons professores e bons professores só se consegue com bons salários. Também pretendo apresentar proposta para se fazer um estudo na estrutura e conceito dos CEMES - Centro de Ensino Municipal Supletivo, pois acredito ser importante o município oferecer aos adultos oportunidades de concluir seus estudos e o CEMES é o melhor caminho.

Na área de segurança, a experiência bem sucedida com as cabines comunitárias da Polícia Militar, implantadas no bairro do Ipiranga, Saúde, Vila das Mercês e Vila Livreiro, será levada para toda a cidade. Essas bases, construídas com apoio da comunidade, são eficientes para inibir a ação marginal e eficazes na redução dos índices de criminalidade, num raio de dois quilômetros de onde estão sediadas. A preocupação com a saúde deve começar na base, por isso pretendo apoiar a implantação de centros de referências para crianças e adolescentes que, além de assistência médica e odontológica, será também centro e orientação e encaminhamento de dependentes químicos.

Quanto aos idosos, estes terão uma atenção toda especial. Para melhorar a qualidade de vida da população dessa faixa etária, vou lutar para a aprovação do projeto que regula a implantação de Centros de

Convivência para Terceira Idade em todos os bairros e a regulamentação da lei que obriga as empresas de ônibus a reduzirem os degraus dos veículos em circulação na cidade.

O Candidato é vereador e candidato à reeleição.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Nº 13.617 - PT

PROPOSTA

Acredito que as atividades políticas que tenho desenvolvido em 5 anos de Câmara Municipal permitem-me disputar novamente um mandato de vereador nas eleições de 1º de outubro próximo. Ao longo e depois da CPI da Máfia das Propinas a que presidi e que, apesar de todos os problemas e dificuldades, acabou se tornando um marco no combate à corrupção em São Paulo (pois subsidiou os processos que culminaram em três cassações de mandato, pela primeira vez na história da Câmara), recebi inúmeras manifestações de apoio no sentido de tentar votos políticos mais altos. Todavia, cheguei à conclusão de que ainda tenho uma contribuição a dar, no nível do Legislativo Municipal, para o aperfeiçoamento da máquina administrativa do município e extinção dos esquemas de corrupção, na luta constante em defesa da ética na política e da moralização administrativa. É preciso dar um basta definitivo aos slogans cínicos e amorais do tipo rouba mas faz" e de recuperar valores éticos que ajudem a retomar a autoconfiança, a auto-estima, a alegria e o orgulho dos paulistanos e a promover os princípios de solidariedade, essenciais à melhoria de qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva, pretendo contribuir para a implantação de procedimentos e estruturas, como a criação de subprefeituras, de conselhos de representantes, do orçamento participativo e da corregedoria independente do Poder Executivo, para que a administração se democratize, se descentralize, se torne mais eficaz na aplicação de investimentos (principalmente na área social) e na eliminação dos esquemas mafiosos. Para tanto, em nome da transparência necessária na administração pública, espero também ver aprovado projeto de minha autoria que obriga a Prefeitura a colocar na Internet todas as informações relativas à execução orçamentária, de forma que cada cidadão de São Paulo possa acompanhar, passo a passo, o andamento de todos os investimentos previstos para sua região, bairro ou rua. Na área específica da educação, considero essencial o cumprimento do dispositivo da Lei Orgânica do Município que determina investimentos de pelo menos 30% das receitas tributárias de forma a permitir a ampliação do número de vagas no sistema fundamental do ensino, incentivar o ensino profissionalizante também para reduzir os níveis de desemprego, incrementar os programas de treinamento e reciclagem dos profissionais da educação e melhorar suas condições de trabalho.

Há mais de um ano do término da CPI da Máfia das Propinas - não prorrogada por evidente medo dos vereadores governistas atrelados ao sistema comandado pela dupla Maluf-Pitta - tenho a convicção de que, apesar de tudo, a CPI acabou também contribuindo para levar a população paulistana a tomar consciência de que algo precisa ser feito, de que o combate tem que continuar em todas as frentes para que os esquemas de corrupção sejam feridos de morte e definitivamente abolidos da vida pública do país. É confortador constatar que, a cada dia, ética na política e moralização administrativa passam a ser - e até pesquisas de opinião o confirmam - preocupações concretas da população e bandeiras necessárias à transformação de nossa sociedade. Esperamos que o clamor contra a corrupção e a favor da ética na política e da moralização administrativa já mostre resultados concretos nas eleições de outubro, com a eleição de Marta Suplicy, prefeita, de Hélio Bicudo, vice, e de uma ampla bancada de vereadores comprometidos com as lutas pela melhoria da qualidade de vida da população e pela cidadania plena, para que São Paulo dê a volta por cima.

O Candidato é advogado, procurador do Município de São Paulo, professor de Direito Administrativo da PUC-SP, autor do livro "A Máfia das Propinas", vereador e atual líder da bancada do PT na Câmara Municipal de São Paulo.

JOSÉ REINALDO

Nº 13.222 - PT

José Reinaldo Pereira, casado, pai de três filhos, atua em creches há dezoito anos, conhece profundamente seus problemas e luta contra o sucateamento dos serviços provocados pelas administrações Maluf e Pitta. Formado em Pedagogia, hoje ocupa o cargo de Diretor de Equipamento Social em uma creche da Prefeitura do Município de São Paulo. Fundador do PT, participa de todas as lutas por melhoria da qualidade de vida e pelo direito à educação. Em 1983, participou da fundação da Associação dos Funcionários de Fábres, lutando por melhores salários para o funcionalismo e pela qualidade do serviço público. Participou do 1º Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São Mateus.

PROPOSTA

Como educador tem como bandeira a defesa dos direitos da criança e do ensino público de qualidade. Seu compromisso é combater as políticas que excluem a maioria da população do estudo gratuito em todos os níveis educacionais. Além disso, na Câmara Municipal seu

objetivo é propor ações efetivas para que os acessos à educação e à cultura não sejam privilégios daqueles que dispõem de recursos, procurando inverter o quadro brasileiro que mostra que os jovens trabalhadores de São Paulo estão impossibilitados de melhorar de vida estudando em escolas públicas que estão aos pedaços e levam pouco mais de 1% da população à Universidade. Enquanto isto, resta à juventude com menos de 24 anos somar quase metade os dois milhões de desempregados de São Paulo.

PROF^a. JÚLIA MAIA

N^o 56.111 - PRONA

PROPOSTA

Lutando pelos direitos sociais.

Lutar em defesa da escola pública gratuita e laica. Melhoria do ensino público. Participação da comunidade na vida escolar de seus filhos. Por mais Concursos Públicos. Construção, ampliação e manutenção dos prédios escolares, EMEIs, Creches e EMEFs, para que seja dado um atendimento adequado a demanda escolar, especialmente às famílias em que as mães trabalham fora de casa. Lutar pela volta dos grupos de formação para professores, e, que estes sejam descentralizados para que todos professores da rede possam participar, sem ter que se deslocarem das suas regiões de trabalho. Pela evolução funcional do Quadro de Apoio. Pelo pagamento dos 81% para todo quadro do funcionalismo. Limite de alunos em sala de aula. Manutenção da aposentadoria especial para todas as funções do quadro do magistério. Criação de cursos profissionalizantes a partir da 4^a série primária. Aprimoramento do material didático, formação continuada de professores com assessoria pedagógica. Ensino noturno público e gratuito regular ou supletivo a partir dos 14 anos de idade. Ampliação de cursos de suplência I e II nas unidades escolares de ensino fundamental e médio. Garantir o acesso dos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola em idade esperada. Que os terceiros estágios sejam obrigatório nas EMEIs, que a educação física seja também para as EMEIs. Ampliar o número de escolas de educação especial. Salas de aulas adequadas para crianças e professores com necessidades especiais. Lutar, não só pela educação, mas também pela segurança na educação, combater a violência nas escolas, pelo respeito aos professores. Lutar por maior participação das mulheres na política nacional, atendimento com dignidade aos idosos, esporte e lazer para todas as idades nas comunidades, melhoria dos bairros, com a participação das entidades comunitárias tais como: asfalto, iluminação pública, transporte, saneamento básico etc.

Ao apresentar esta proposta de trabalho, estamos firmando um compromisso com os eleitores e com a esperança de que juntos possamos trabalhar com respeito, responsabilidade e com o apoio de todos que lutam por uma vida digna e uma sociedade onde todos possam ser tratados como "Cidadãos".

O desafio está lançado, agora é fundamental a sua colaboração, para que tudo isso possa acontecer, mas principalmente, com a ajuda da força maior "Deus".

A **Candidata** é formada em Magistério com habilitação em pré-escola, pedagogia, psicopedagogia, supervisão escolar de 1^o e 2^o graus, administração escolar de 1^o e 2^o graus, orientação educacional 1^o e 2^o graus, pós-graduação em nível de "latu sensu" e vários outros cursos em extensão universitária. Prof^a. Titular de Educação Infantil na Unidade Escolar "EMEI Prof^a. Helena de Paulo Marim", em São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo. Atualmente afastada do exercício de cargo para concorrer a mandato eletivo.

PROF^a. LEILA

N^o 56.333 - PRONA

PROPOSTA

Valorizar a educação e seus profissionais;
Melhorar a utilização das áreas públicas para lazer e esporte;
Formar núcleos de profissionais de diferentes áreas, visando o auxílio à comunidade;

Assistência às creches, integrando escola, família e comunidade.

A **Candidata** é educadora há 30 anos no Ensino Municipal e Estadual. Formação Universitária em Educação Física e Pedagogia - Administração e Supervisão.

PROF. ROCHA

N^o 20.245 - PSC

PROPOSTA

Educação - Defenderemos a verba da educação para: - A criação de creches, já que nossa realidade é constrangedora com tantas crianças de 0 a 4 anos sem assistência. Segundo o IBGE, mais de meio milhão de crianças, nessa faixa etária, estão fora delas; - A criação de Escolas de Educação Infantil (EMEI), onde também temos, conforme o IBGE, mais meio milhão de crianças sem atendimento; - A ampliação do atendimento ao ensino fundamental que, embora apresente números menores, sofre

com o atendimento precário; - A fiscalização das unidades escolares através da vigilância permanente tal qual o modelo já existente no Estado, com a implantação do sistema de zeladoria; - A melhor fiscalização da verba supra citada para geração de recursos das construções e, conseqüentemente, dos empregos.

Corpo Docente - Solicitar, para o professor, cursos de aperfeiçoamento ao longo da administração evitando, assim, treinamentos de última hora, em final de mandato; - Manter atualizado o quadro de professores eventuais a fim de assistência aos alunos de forma, permanente, até que se resolva o vazio criado pelo famoso "rabicho".

Corpo Discente - Defender um fórum de debates com representantes de classe e a conseqüente criação e manutenção dos grêmios, permitindo aos alunos participação no processo democrático da escola.

Desburocratização - Quanto a administração das Escolas, defenderemos o processo de desburocratização da aplicação das verbas, principalmente, a de escalão.

Cidadania - É imprescindível, ter em conta, que o processo de cidadania se faça com a implantação, adequação e atualização de uma grade curricular a partir do ensino fundamental, com a introdução de direito e um conteúdo de politização desde a quinta série.

Saúde - Defenderemos, além da medicina dos remédios, investimentos em prevenção e planejamento familiar para uma sociedade do século 21.

Segurança - Só se faz seguro o ambiente saudável e, para tanto, é preciso investir em espaço de lazer nas regiões menos favorecidas e periféricas de São Paulo.

Motivos que me levaram a filiação do PSC

Seguindo as palavras do presidente do partido: - "O respeito ao próximo é nossa bandeira. A consciência da realidade reclama uma postura ética. Minha convicção é de que não devemos perder a capacidade de nos indignar e, principalmente, levar a todos os rincões, a noção de que somos a maioria e o que mais precisamos fazer, neste momento, é nos organizarmos política e democraticamente para responder, nas urnas, pelo clamor popular.

O **Candidato** é Diretor de Escola da EMEI "Olegário Mariano", Drem-6, e Professor III (Ciências) da EEPSP "México".

LAÉRCIO GUELLES

N^o 14.630 - PTB

PROPOSTA

Segurança x Educação

Quando se fala em segurança, logo se pensa em equipar melhor as polícias, combater o tráfico de drogas ou políticas para minimizar o desemprego. Tudo isso certamente é muito importante para a tranquilidade da nossa população, no entanto, por trás de tudo isso, com certeza, está faltando a educação de um povo abandonado por vários governos com a falta de investimentos sérios na área educacional.

Pode parecer incrível, mas legislação determinando valores mínimos de investimento na área até existe, então o que será que está faltando para o Brasil dar certo?

Com certeza, um dos motivos é a falta de políticos sérios e compromissados com as causas do seu povo, que tenham como princípio básico, na Câmara Municipal, representar os verdadeiros anseios dos seus eleitores.

Cansado de tanto lero-lero e de promessas vagas, pois o combate aos corruptos está a cargo de um conspícuo e bem estruturado órgão do Ministério Público, que vem lutando contra esse mal que grassa por todo o país, vou centrar meus esforços naquele que acredito ser a base de toda a formação de uma Nação, a educação.

Todos sabemos da importância da escola em nossas vidas, muito se discute sobre esse assunto, mas a realidade aí está, escolas não equipadas, mal conservadas, professores e profissionais do ensino mal remunerados e ultimamente até com problemas de segurança gravíssimos.

Meu compromisso não é nada mais que a simples obrigação de qualquer vereador, ou seja, fiscalizar verdadeiramente as verbas destinadas pelo Prefeito para área da Educação.

Como político, pai de família, o meu voto na Câmara Municipal, será de alguém consciente da importância que a Educação representa na formação de uma sociedade mais justa e fraterna.

Como Policial Militar, há mais de vinte anos, sei do que estou falando, pois tenho visto ao longo de toda a minha carreira, o desespero de famílias que perdem seus jovens para o crime, por não terem tido oportunidades iguais.

Defendo a livre educação, escola para todos, por isso vamos buscar uma política de qualificação profissional, nosso futuro está condicionado a um povo instruído para entender o máximo possível. Queremos e devemos lutar por isso em várias frentes. Mas é preciso ter os pés no chão e esse trabalho começa agora através do voto consciente.

O **Candidato** é Presidente da Associação dos Sub-Tenentes e Sargentos da PM.

PAULO FRANGE

N^o 14.444 - PTB

Mineiro de Uberaba, graduado em 1975 pela Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, é especialista em Cardiologia pelo Instituto Dante Pazzanese, onde foi membro da equipe do Dr. Adib

Jatene. É também Especialista em Terapia Intensiva pela Associação de Medicina Intensiva do Brasil (AMIB) e pela Sociedade Paulista de Terapia Intensiva (SOPATI).

Participa da estruturação de vários Serviços Médicos, Hospitais e Creches em São Paulo e em outros Estados do Brasil. É consultor médico, professor e palestrante de temas de Saúde e Administração Hospitalar, e também coordenador de intercâmbio de Projetos de Saúde - Brasil/Cuba e Brasil/Canadá.

Atualmente, é vereador eleito pelo município de São Paulo. Seu partido é o PTB, onde participa ativamente, inclusive, nas atividades da Associação das Mulheres Trabalhistas do Estado de São Paulo (AMTESP) e do Movimento da Juventude Trabalhista (MJT).

Foi Presidente da Comissão de Saúde do Município de São Paulo, com significativa atuação. Mesmo com a atividade parlamentar e outras da iniciativa privada, Dr. Paulo Frange exerce assiduamente a sua profissão de médico, atendendo a cerca de 300 pacientes por mês.

É autor de Leis e Projetos de alcance social, entre eles, como exemplo:

- Lei 12.632 - exclui dos Médicos do Rodízio Municipal, beneficiando uma categoria que não tem como faltar a atendimento de procedimentos de saúde, tampouco do atendimento de urgências e emergências.

- Lei 12.493 - obriga o Município de São Paulo a instalar lixeiras seletivas nas escolas públicas municipais, para que os recursos da reciclagem, administrados pelas APM's, sejam reaplicados na própria escola. De grande alcance pedagógico, este projeto também beneficia o meio ambiente.

- Lei 12.959 - obriga o Município a manter, nos processos de licitação da Secretaria de Administração Regional, a exigência do engenheiro agrônomo e/ou engenheiro florestal, responsáveis pela orientação de "turmas" de podas de árvores, hoje sem nenhuma orientação.

- Projeto que cria convênio entre Secretaria Municipal de Educação e Associações de Pais e Mestres (APM's) com repasses no início de cada semestre, de valor destinado à compra de material básico escolar, que seria administrado pelos Conselhos de Escolas e APM's. O alcance desse Projeto chega a quase 1 milhão de crianças que, além de todas as dificuldades, muitas vezes não conseguem adquirir o kit mínimo escolar.

- Projeto de Lei 371/98 - dispõe sobre a inclusão no currículo escolar das 6^a e 7^a séries de curso de 20 horas/aula sobre os efeitos do cigarro. A educação tem um papel histórico e social. Além de criar uma nova matéria a ser ministrada nas escolas públicas do município, estará sendo combatido de maneira direta um mal que ataca cada vez mais os jovens. É sabido que a educação é o único caminho a ser percorrido para reduzir a incidência de tabagismo entre os jovens.

- Projeto de Lei 372/98 - cria o Projeto Pintassilgo junto às Escolas Municipais de 1^a a 4^a série do Primeiro Grau, para capacitação de recursos humanos em escolas do Município de São Paulo. O público alvo são as crianças em fase escolar do 1^o grau (1^a a 4^a série) e tem como objetivo despertar uma visão holística de amor e respeito à natureza, através de dinâmicas de grupo que utilizam as artes (plásticas, música, movimento expressivo e teatro) como meio de desenvolver as potencialidades das crianças, motivando-as a atuarem como agentes transformadores e vivificadores da sociedade.

- Projeto de Lei 225/98 - cria o Projeto de Saúde Integral nas Escolas Municipais. Utilizando-se de unidades móveis e dentro de um programa com coordenação centralizada na Secretaria Municipal de Saúde, teríamos condição de fazer levantamento da situação da saúde das crianças matriculadas na rede municipal de ensino, utilizando-se do mínimo de equipamento médico. Este programa estaria voltado para o exame clínico pediátrico, exame com técnico em oftalmologia e dentistas para orientação em saúde bucal.

- Projeto de Lei 236/98 - cria o Projeto Saúde Cingapura, inspirado no sistema cubano de saúde, utilizando profissionais médicos, hoje em desvio de função, para atender nos conjuntos habitacionais, utilizando apartamento que se mantem vazio, no piso térreo, com a finalidade de atendimento social. O alcance é de cerca de 100 mil pessoas e as ações de saúde ficariam próximas à comunidade carente.

- Projeto de Lei 1025/97 - obriga o Município a manter creches noturnas, utilizando equipamentos já instalados, para beneficiar os filhos dos trabalhadores noturnos: seguranças, vigilantes, profissionais de saúde, bancários da área de compensação, garis, entre outros.

- Projeto de Lei 063/99 - dispõe sobre a concessão de serviço funerário gratuito para pacientes doadores de órgãos.

Dr. Paulo Frange ainda é autor da Emenda Orçamentária aprovada, que cria o Hospital da Brasilândia, o maior bairro do país sem nenhum leito hospitalar.

PROPOSTAS

EDUCAÇÃO - A transformação da sociedade tem se refletido de forma intensa na vida humana, desafiando as instituições para uma necessidade de mudanças em seus propósitos e suas políticas.

Na Educação, reconhecer todo o processo, redefinindo a função social da escola à luz das transformações atuais, são exigências fundamentais. A escola, pela primeira vez, aparece na legislação como protagonista da educação nacional ao lado da definição das incumbências da União, Estado e Município. É o momento de propor mecanismos que assegurem, com autonomia, a participação da comunidade escolar e também local na gestão da escola pública do município de São Paulo. Isto deverá ocorrer não só no seu projeto pedagógico, como nos recursos financeiros e, ainda, assegurar o desenvolvimento de

ações voltadas para a qualidade de ensino. Assim, a autonomia será plena. A escola será uma unidade orçamentária própria, sob responsabilidade da direção, Conselho de Escola e a sociedade representada pela APM.

Fica a Secretaria de Educação com a função que lhe é reservada: fiscalização e diretrizes.

Haverá redução de custo e, portanto, mais recursos para a educação e uma melhora significativa na qualidade.

SAÚDE - São Paulo tem um modelo de saúde como o resto do Brasil: hospitalocêntrico, ou seja, a entrada do sistema de saúde é a porta do hospital.

Para cada 10 pacientes nas filas dos hospitais, 8 ou 9 poderiam ter seus problemas resolvidos em uma atenção primária. A qualidade do atendimento é ruim e o médico sempre está no seu limite máximo de cansaço físico e mental.

O Programa de Saúde da Família (PSF), com equipes de médico, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários, será a solução para o atendimento primário e a prevenção de doenças. O PSF levará o atendimento a cerca de 5 milhões de paulistanos, hoje, beneficiando apenas cerca de 500 mil.

Os hospitais ficarão com o atendimento secundário e terciário. Haverá melhora na qualidade, humanização no atendimento e a solução para o terrível problema da falta de zoneamento hospitalar na cidade. Enquanto na região da Bela Vista são 41 leitos para 1000 habitantes, Santana 8/1000, Pirituba 1,3/1000, áreas como Brasilândia, Artur Alvim, Vila Guilherme, José Bonifácio, Capela do Socorro, Perus e mais dezenas de outros bairros, não têm nenhuma cama hospitalar.

Convivemos em São Paulo com uma região de mais de 400 mil habitantes sem ter um mamógrafo. É quase impossível falar em sistema de saúde nesse moldes. A municipalização é imperiosa. Os recursos da saúde serão fiscalizados pelo Conselho Municipal de Saúde, onde pela sua constituição, 50% deles são representantes dos usuários.

Temos aqui um grande problema. A motivação e o envolvimento dos profissionais de saúde para o próximo governo. Hoje, mais de 20 mil profissionais não sabem do seu futuro e estão fora do sistema. Os cooperados que aderiram ao PAS também desconhecem o seu futuro e, infelizmente, profissionais desta qualidade não são reciclados a vários anos.

O momento é de dar as mãos e falar em política de saúde para a megalópole São Paulo, onde há espaço para todos e deveria ter a participação efetiva dos recursos que foram aprovados em agosto, pelo Senado (PEC 163/93), que transforma os R\$ 20 bilhões anuais para o Brasil, em R\$ 39 bilhões até 2004.

DR. RENATO FLAQUER

Nº 25.651 - PFL

PROPOSTA

Conscientização da posse responsável dos animais evitando o abandono e maltratos desses, controlando melhor as doenças transmissíveis dos animais aos homens.

Ampliação do setor veterinário dando atenção a classe e direcionamento no setor da Saúde Pública.

Reestruturação na área da Saúde, melhorando o atendimento, triagem e fornecimento de remédios aos doentes (criação do cliente-cidadão).

Na educação busco retomar o conceito de educar com dinamismo, levando o aluno a buscar o raciocínio lógico e rápido. Criação de oficinas de trabalho nas Escolas Públicas e Centros Comunitários, desenvolvendo o aprendizado técnico, desde a música até o aprendizado com computadores abordando desde as crianças até os idosos. Com isto retiraremos as crianças das ruas e da marginalização; outro ponto é a criação de mais creches, podendo, assim, as mães ou pessoas que necessitam trabalhar terem onde deixar seus filhos.

Acredito em uma educação com valorização do professor, pois o incentivo financeiro ajuda em muitos casos a motivar o professor, evitando greves que prejudicam principalmente e unicamente o aluno.

Outro ponto a ser levantado é a segurança nas escolas, a qual está muito a desejar. Não sabemos se ao mandarmos nosso filho a escola estamos encaminhando-o à marginalização, ou à educação. Por isso, devemos ampliar a guarda municipal dividindo em setores regionais, evitando assim as drogas, os assaltos e a marginalização dos adolescentes.

O Candidato é médico Veterinário, pós-graduando da Escola Paulista de Medicina (UNIFESP), no setor de Téc. Cirúrgica Experimental, na área de transplantes.

RITA MORENO

Nº 45.710 - PSDB

Moradora do bairro Sapopemba, cansada de ser espectadora de uma classe política que se preocupa somente com seus interesses pessoais, favorecendo alguns grupos, dedica-se às dificuldades sociais da população.

Integrante e participante ativa da coordenação dos festejos de aniversários do bairro por quatro anos, do projeto Arborização da

Adutora Rio Claro sempre juntamente com a comunidade, e na questão da segurança atuou como secretária por dois mandatos na 70ª DP.

Atualmente, sempre esteve integrada a projetos sociais, referentes a família carente e menores abandonados e a recuperação de dependentes químicos.

Fundadora e filiada do Diretório do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) do Sapopemba, sendo eleita duas vezes Deputada e Secretária do Diretório Zonal.

PROPOSTA

Valorização do profissional de Educação obedecendo os seguintes critérios: salários compatíveis ao mercado de trabalho e cursos de formação com o objetivo de desenvolver o senso crítico social.

Ampliação da quantidade de Unidades de Educação: Creches, Escolas de Educação Infantil, Escolas de Ensino Fundamental, Escolas de Ensino Médio, Escolas de Ensino Supletivo com a finalidade de atender realmente a demanda, cumprindo realmente a legislação vigente.

Evitar a todo custo a privatização do Ensino Público Municipal.

Como vereadora exercerá o direito de fiscalizar a aplicação de verbas predestinadas para educação: 30% da arrecadação (Lei Orgânica do Município), Verbas originárias do FUNDEF (Constituição Federal e Legislação Complementar).

RUBENS CALVO

Nº 40.633 - PSB

ÉTICA E MORALIZAÇÃO NA POLÍTICA: AS METAS DE RUBENS CALVO

Autor de mais de 50 projetos de lei beneficiando a saúde, educação, segurança e bem-estar social, Rubens Calvo (PSB) se destaca na Câmara Municipal de São Paulo por sua luta em prol da ética na política. "É preciso mudar a mentalidade da Câmara e resgatar a moralidade na administração pública", afirma Calvo.

Primeiro integrante do PSB a assumir uma cadeira na Câmara, Rubens Calvo faz parte da Oposição e lutou e luta, incansavelmente, pelo voto aberto nos processos de cassação de prefeito e vereadores, com o objetivo de informar a população quem realmente quer o fim da corrupção. Foi sua a iniciativa inédita de formar o bloco parlamentar "Pela Ética na Política", reunindo PSB e PPS. Calvo é líder do bloco.

Rubens Calvo tem demonstrado sua coragem, denunciando desmandos e insistindo, constantemente, na apuração de todas as denúncias. Exemplo disso foi o pronunciamento que fez em plenário, no dia em que o Tribunal de Contas do Município rejeitou as contas da Prefeitura, por causa dos precatórios e da não aplicação de 30% na educação. O vereador Calvo denunciou que o TCM ignorou as irregularidades no Plano de Atendimento à Saúde, amplamente denunciadas pela Oposição e pela imprensa.

"O PAS, desde sua criação, foi mal gerenciado, foi dado, de bandeja, a administradores inescrupulosos, causando prejuízos irreparáveis à saúde do povo paulistano, principalmente do mais simples, do menos favorecido, do doente", disse Rubens Calvo.

O vereador Rubens Calvo sempre votou a favor das Comissões Parlamentares de Inquérito destinadas a apurar denúncias de corrupção e de desvio de recursos públicos. Na Comissão de Saúde, conseguiu a instalação de um grupo especial de trabalho para investigar o PAS.

A atuação parlamentar de Rubens Calvo inclui a redação de projetos que beneficiam a população e a Cidade. Preocupado com o uso indiscriminado do solo e do subsolo do município pelas empresas de telefonia, saneamento básico e eletricidade, hoje privatizadas, o vereador apresentou proposta de emenda à Lei Orgânica prevendo a cobrança de taxa ou de imposto dessas companhias. Na justificativa, Calvo argumenta que os serviços públicos hoje são prestados por empresas privadas que visam o lucro. Assim, para expandir suas redes, nada mais justo do que pagarem ao Município.

É também de sua autoria proposta que obriga a Prefeitura a fornecer remédios de uso contínuo a doentes crônicos, como cardíacos, hipertensos, epilépticos e diabéticos. A medida beneficiará aposentados e pensionistas que recebem até três salários mínimos.

Na área de segurança, um dos projetos do vereador Calvo obriga a Guarda Civil Metropolitana a manter uma unidade, ostensiva e permanente, nas escolas municipais. Para o vereador, a GCM tem o dever de garantir a segurança de alunos, educadores e pais, cumprindo a sua função de proteger o patrimônio municipal.

A educação é outra das grandes preocupações do vereador. Além de defender as reivindicações dos educadores por melhores salários e condições de trabalho, Calvo é a favor da redução do número de alunos por sala, como querem os educadores do Município, e ao aumento de 25 para 30 aulas semanais, nas escolas do Estado. "Como resultados imediatos teremos o aumento no número de empregos, queda na evasão escolar e melhor qualidade de ensino", afirma o vereador.

Calvo defende, ainda, o fornecimento de uniformes gratuitos ou a preço de custo aos alunos de famílias de baixa renda. O uso de uniformes foi defendido por jovens de escolas públicas que participaram dos Fóruns de Debates pela Paz nas Escolas - Não à Violência, promovidos por Rubens Calvo. A maioria dos jovens também disse não ter condições financeiras para comprar o uniforme.

Ainda na área de educação, Calvo se preocupa com a falta de informações dos jovens sobre o Poder Legislativo e a respeito dos

Direitos Humanos e Cidadania. Diante disso, apresentou dois projetos de lei: um que obriga os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, a incluir no calendário um dia de visita à Câmara e à Assembléia e outro, acrescentando a matéria "Direitos Humanos e Cidadania" ao currículo.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a principal preocupação do vereador Calvo é garantir recursos para as áreas sociais. Suas emendas prevêm a destinação de verbas para canalização e desassoreamento de córregos; construção de escolas, creches e unidades básicas de saúde; ampliação da rede de iluminação e recapamento de ruas.

"Ainda há muito a ser feito por nossa Cidade e desejo continuar na Câmara para dar continuidade ao trabalho que iniciei na atual legislatura", conclui o vereador Calvo.

SALOMÃO

Nº 25.610 - PFL

PROPOSTA

Efetuar um trabalho junto com os Deputados Federais e Senadores do PFL, para elevar a pontuação no prontuário da categoria profissional de 20 para 50, desde que ele não tenha má conduta. Afinal, o profissional fica no trânsito cerca de 14 horas.

Apresentar um projeto de Lei que identifique todas as ruas com o bairro, assim vamos facilitar taxistas, carteiro, polícia e a população em geral.

Projeto de Lei criando faixas exclusivas nas vias expressas para motos. Assim vamos combater o elevado número de acidentes com essa categoria e danificação de carro por motociclistas.

SARGENTO ABOU ANNI

Nº 22.656 - PL

PROPOSTA

Implantação da Disciplina de Trânsito no currículo escolar da Rede de Ensino Municipal, sendo que para subsidiar esse projeto, solicitaremos ao órgão competente, parte dos 10% do DPVAT (Seguro Obrigatório), conforme art. 78 do CTB.

Formação dos professores na área de trânsito para atuarem nos cursos de habilitação de condutores, abrindo assim, novas atividades na área de trânsito.

Fica registrada uma inovadora proposta para conscientizar nossas crianças e jovens, e encaminhá-los a conquistar com segurança sua almejada carteira de habilitação.

Contamos com seu apoio e juntos conseguiremos reduzir o alto índice de acidentes de trânsito.

O Candidato presta serviço aproximadamente há quinze anos na Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN, desenvolvendo a função de Educador de Trânsito.

SIMON MALLAK

Nº 25.655 - PFL

PROPOSTA

Como comerciante na periferia de São Paulo, sempre fui movido e convidado a atuar nas lideranças comunitárias, procurando ouvir, organizar e acompanhar pessoas para conseguirmos benefícios sociais para a comunidade da Vila das Mercês. Pautado nesta experiência de quase 40 anos o que tenho a oferecer aos professores e funcionários do Ensino Municipal é:

- minha disponibilidade em ouvir suas reivindicações, junto à comunidade em que atuam, acompanhado, se possível, de um diretor sindical;

- abrir um canal de negociação junto ao Governo Municipal para atuarmos conjuntamente, eu, representante do legislativo, e o Sindicato, visando sensibilizar o Governo e viabilizar as expectativas da categoria.

SONIA CONTE LOPES

Nº 11.638 - PPB

Por que quero ser Vereadora em São Paulo?

Quero ser vereadora por São Paulo por ter certeza que chegou o momento de atuar numa dimensão maior àquela que já venho atuando há mais de 30 anos.

Por estar sempre ligada à Educação, passando por diversos cargos e funções dentro do Magistério Público Municipal, tenho, além de uma ampla visão do que é a Educação, um passado e um presente com realizações concretas e bem sucedidas que provam que nada é impossível e soluções são encontradas quando estamos comprometidos com a sociedade, conhecendo e vivenciando seus problemas. Faz parte do meu perfil de atuação o dinamismo, a praticidade na solução de problemas emergentes, o espírito empreendedor e principalmente o

trabalho de campo, buscando o envolvimento da equipe de cada escola na tomada de decisões, fortalecendo o resultado da ação conjunta.

Como Delegada de Ensino da Drem-2, por 7 anos, trabalhando com garra e coragem, busquei:

- atender ao aluno trabalhador maior de 15 anos, criando 2 Centros Municipais de Ensino Supletivo - CEMES - e extensões nas escolas onde havia espaço disponível, levando, nas regiões mais necessitadas, o professor até o aluno. Nessa modalidade de ensino a matrícula é feita a qualquer momento, o aluno recebe material didático gratuitamente, tem atendimento individual e quando se sente preparado faz a avaliação e passa para o módulo seguinte. Esse trabalho teve e continua tendo um resultado surpreendente devido facilitando a vida do aluno trabalhador, acreditando que a escola existe para atendê-lo e não para dificultar o seu acesso e permanência;

- oferecer melhor qualidade de ensino para crianças e adolescentes, implementando laboratórios de informática, salas de leitura, incentivando bandas e fanfarras nas escolas, estando sempre junto com a equipe escolar nas diversas situações, mantendo o diálogo franco, aberto e participativo;

- melhorar as instalações das unidades escolares, reformando e ampliando a maioria das 72 escolas sob minha jurisdição;

- dar maior segurança dentro das escolas, incentivando e adaptando a instalação de zeladorias;

- criar convênios ambulatoriais para dar atendimento fonoaudiológico, psicológico, ludoterápico aos alunos que possuem necessidades especiais e a todos aqueles que necessitam de algum tipo de acompanhamento;

- atender à grande procura por cursos profissionalizantes, criando mais uma escola de ensino médio - EMEFEM Vereador Antônio Sampaio, ao lado da tão conceituada EMEFEM ProP. Derville Allegretti, cujos cursos de ensino médio e profissionalizantes, acreditado e é minha vontade, deverão ser oferecidos novamente em 2001;

- oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais de Educação estabelecendo parcerias com universidades e oferecendo assessoria constante aos professores coordenadores e diretores através do GAP da DREM-2 - Grupo de Apoio;

- atender as áreas onde a insuficiência de vagas prejudicava a demanda escolar local, construindo 13 novas escolas e várias salas emergenciais, através de um trabalho incansável na luta pela desburocratização do processo de construção. Acredito que a revisão da legislação vigente e a urgente desburocratização na liberação de terrenos é indispensável para a solução do problema da falta de vagas.

Foi o resultado de uma vida de trabalho honesto e comprometido em busca de melhor qualidade da Educação que fez com que pessoas que conheciam, o meu trabalho pedissem a minha candidatura ao cargo de vereadora de São Paulo.

Quem vive a Educação, sendo aluno, pai ou profissional, sabe o quanto ainda tem que ser feito e por isso, pretendo estender as minhas realizações, o trabalho desenvolvido na Zona Norte e toda São Paulo. Acredito que a Educação se faz com compromisso e vontade equipadas e com melhores salários para os que nela atuam.

TONINHO PAIVA

Nº 25.611 - PFL

PROPOSTA

Prioridade é um projeto social

São Paulo tem diversos problemas estruturais que surgiram com o crescimento desenfreado e sem planejamento. É evidente que a cidade necessita de obras que se ajustem à rotina do paulistano e levem maior conforto a todos os cidadãos.

Entretanto, o que São Paulo precisa de mais urgente é de um projeto social para resgatar a dignidade do seu povo. Não há como construir a base de uma sociedade justa sem investir em saúde e educação. Esses instrumentos são essenciais para livrarmos nossa cidade e o Brasil da corrupção e da violência.

Criar uma legião de pessoas instruídas, conscientes do seu papel dentro de uma comunidade, é vital para atingirmos esse objetivo. Qualquer que seja o próximo prefeito, ele deverá dedicar atenção especial a essa área, e o papel da Câmara Municipal será participar ativamente desse processo, discutindo propostas e analisando as ações do Executivo.

O trabalho de conscientização dos jovens quanto ao consumo de drogas é um exemplo do que pode ser feito. Ao afastar o cidadão dos entorpecentes, estaremos combatendo o tráfico e, conseqüentemente, a violência que se instalou em nosso meio.

Como alvo principal para aplicar o projeto social devemos adotar as áreas periféricas da cidade, pois nestas estamos formando uma camada de excluídos, que funciona como um incentivo à violência e à degeneração da comunidade. Esse problema reflete-se em todas as regiões, inclusive nos bairros da população mais rica.

Precisamos levar saneamento básico para essas áreas. Esgotos canalizados são a principal forma de prevenção de doenças. Investimento maciço em educação é imprescindível. Não podemos permitir que em uma cidade como São Paulo ainda existam crianças fora da escola, fragilizadas pela falta de conhecimento e expostas a todo tipo de ação criminosas.

VANIA IDA MALAVASI

Nº 12.139 - PDT

O período eleitoral deve ser um espaço de crescimento político das pessoas, de aumento da participação popular, de avanço da cidadania, de mobilização e desenvolvimento da organização partidária e das organizações trabalhistas-socialistas.

Nesse sentido, a conquista de votos deve ser uma conseqüência da conquista de consciências e só teremos êxito se as urnas forem a consagração de nossos ideais.

No entanto, devido ao quadro econômico pelo qual passa o país e o município de São Paulo, com o nível crescente de violência, desemprego e a ausência de políticas voltadas para as áreas sociais, os candidatos se defrontam com grandes inimigos que são: o desinteresse, a descon-fiança e a incredulidade do eleitorado.

A mídia divulga com ênfase os escândalos envolvendo ocupantes de cargos públicos eletivos, o que tem contribuído para disseminação do conceito negativo da ação política.

Por outro lado, a aplicação séria e responsável dos recursos públicos por parte de nossos governantes garantirá o bem estar das comunidades, através de moradia digna, acesso a programas de saúde pública e à educação de qualidade, entre outros direitos fundamentais.

Por conta de sua autonomia política, financeira e administrativa, São Paulo necessita de um Poder Legislativo local forte e consciente de suas responsabilidades.

Por isso, os vereadores paulistanos têm um importante papel político a desempenhar junto às comunidades que representam.

PROPOSTA

O Primeiro Compromisso é com as crianças e jovens, desde o ventre materno, no sentido de alimentar, escolarizar, acolher e educar as crianças da cidade de São Paulo, com as seguintes propostas: Criação de Creches, Escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental em tempo integral, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, inicialmente em áreas mais necessitadas e de risco, cortiços e favelas; Recuperação das milhares de crianças de rua, abandonadas, desabrigadas e famintas, delinquentes de fato ou em potencial, com o auxílio de Entidades ligadas aos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente; Criação do Programa Ônibus Cultura dirigido às crianças e adolescentes da periferia, com ônibus brinquedoteca percorrendo diversos locais da cidade; Criação do Programa Alfabetização de Jovens e Adultos nas empresas e comunidades; Criação do Programa de Ensino Profissionalizante conveniado com Senai e Sesi.

O Segundo Compromisso é com o interesse dos trabalhadores, especialmente das grandes massas populares da periferia da cidade, que vivem em diversos níveis de pobreza e marginalidade, com as seguintes propostas: Reajuste dos salários segundo o aumento real do custo de vida, calculado através de critérios elaborados de classe ou representantes dos trabalhadores; Agilização de concursos no Serviço Público Municipal; Valorização dos Funcionários Públicos Municipais, em especial dos Profissionais do Ensino.

O Terceiro Compromisso é com a Saúde Pública dos habitantes da cidade de São Paulo, em especial os trabalhadores, com as seguintes propostas: Reestruturação do Sistema de Saúde Municipal; Recuperação do Hospital do Servidor Público Municipal; Adoção da prática do Médico de Família.

O Quarto Compromisso é a preservação e conservação do meio ambiente.

O Quinto Compromisso é com o sistema de habitação e moradia popular na cidade de São Paulo.

O Sexto Compromisso é com a mulher e contra sua discriminação, incorporando-a ao processo produtivo de forma digna, com a criação de serviços de infra-estrutura que aliviem a mulher de suas várias jornadas de trabalho no lar e no emprego.

O Sétimo Compromisso é com as populações negras, como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional, no combate à discriminação social e racial.

O Oitavo Compromisso é com a cidadania, no sentido de fortalecer as bases trabalhistas e socialistas, que no passado sempre atuaram juntas contra a política econômica neoliberal.

O Papel da Vereadora: vigiar, zelar e buscar a verdade; é a principal referência do cidadão no encaminhamento de reivindicações da comunidade, além de elaborar leis que possam aperfeiçoar a legislação municipal e é a responsável pela fiscalização dos gastos do Executivo.

A *candidata* é educadora da Rede Pública Municipal.

WALTER ABRAHÃO FILHO

Nº 25.666 - PFL

Bons tempos aqueles em que os mestres, na vida diária com seus pupilos, mantinham com eles laços de amizade, respeito e porque não dizer, muita candura no trato e bastante firmeza nos princípios de urbanidade, de ascendência profissional, de admiração por parte da comunidade.

Bons tempos aqueles em que os alunos, escoltados por seus pais, adentravam as escolas, dentro de seus horários específicos, com aquela "santa algarazra" própria de crianças ansiosas por encontrarem seus colegas, entabulando conversa gostosa e soltando alegres gargalhadas, como só acontece com os inocentes.

Bons tempos aqueles em que a escola cumpria muito bem o seu papel de educar aquelas gerações de meninos e meninas, de adolescentes, transmitindo-lhes a educação adequada e a preparação para a vida futura.

Os tempos mudaram. Com as mudanças vieram os problemas. O modernismo inadequado limitou e, muitas vezes, tolheu ou inibiu a ascendência que tinha o mestre sobre os seus alunos, trazendo com isso a falta de respeito. A exigência da presença da mãe no mercado de trabalho, para ajudar economicamente a família, tirou a conselheira e amiga do dia a dia daquela criança carente de afeto e carinho, jogando-a na rua, onde foi aprender com o malandro muitas coisas ruins para a vida, eis que, longe da escola aprendeu que é mais gostoso jogar bola no horário de aula, que fumar é um ato que a mostra mais madura perante os colegas, que cabular aulas demonstra sua coragem no exercício de sua liberdade e que usar drogas a faz esquecer as mazelas de sua existência.

E hoje presenciamos, educadores e comunidade, que os novos tempos são de degradação moral, de insegurança nas escolas e nas ruas, de medo, de desemprego, de violência desmedida em todos os setores da Sociedade.

Urge que se faça alguma coisa! Sabemos que a Educação é um povo, é a única solução para dar cabo a esta situação. A Escola tem que ser assistida antes que sucumbam as nossas esperanças de viver em um Mundo melhor.

É difícil falar em Educação sem parecer mais um demagogo, buscando o voto de um eleitor que já não sabe mais no que e em quem acreditar. Parece-nos que todo aquele que busca eleger-se a qualquer cargo da vida pública, fala sempre em Segurança e Educação. Certamente porque estas são, hoje, as principais preocupações sociais.

Contudo, mistar a tomada de consciência de que é preciso crer em propostas que tragam ações concretas para a solução de tais problemáticas sociais.

Se não podemos modificar a questão da Segurança Pública no Brasil, podemos ao menos apresentar propostas no que tange ao berço da Comunidade: a família e a Escola.

A solução começa pela presença física e eficaz da Guarda Civil Metropolitana, insigne Corporação, que assim como a Escola também sofre o desprestígio do Poder Público.

A Guarda Municipal, angariou desde a sua criação uma longa folha de bons serviços prestados à população paulistana. Certamente será ela a nossa aliada no combate a presença de marginais e traficantes na Escola e em torno dela, de homens bem treinados para o trato com a comunidade escolar, para o fim de evitar o alijamento dos alunos para o descaminho de suas atitudes, bem como para tranquilizar a administração dessa Escola, que assim despida de temor e desconfiança poderá oferecer a Educadores e Educandos toda a sustentação pedagógica para a devida consecução de seus fins precípuos: a educação específica e a conscientização para a cidadania.

Destarte, a solução está na criação em caráter de máxima urgência, de uma Secretaria de Segurança Pública Municipal, que junjando esforços com a Secretaria Municipal de Educação poderia, aprovado um Estatuto próprio para regulamentar o importante trabalho e a carreira da GCM, bem como aumentando-se o efetivo desta com a realização de novos Concursos Públicos, equacionar a presença efetiva do guarda em todas as Unidades Escolares. Compreendendo-se para tanto, que o papel a ser desempenhado pelos policiais é mais de apoio logístico e prevenção do que de repressão.

Hoje, a Guarda Civil Metropolitana conta com um efetivo de aproximadamente quatro mil e duzentos integrantes, sendo que para atender as necessidades voltadas em todos os níveis do Ensino Público Municipal, far-se-ia necessário algo em torno de nove mil homens. Repita-se, devidamente treinados e capacitados, tornando-se necessário para a eficácia deste treinamento a realização de efetivo investimento na estrutura do Departamento de Ensino da Guarda Civil.

Dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Segurança Pública Municipal, teríamos o departamento responsável pela Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, funcionando de forma regionalizada, e tendo como integrantes Inspetores da Guarda Civil Metropolitana, Delegados de Ensino, Presidentes de Conselhos de Escola.

O referido Conselho, formado por membros da Secretaria Municipal de Educação, membros da futura Secretaria Municipal de Segurança Pública e Comunidade (lembrando-se que alguns conselhos de Escola são presididos por pais de aluno), deverá sugerir aos respectivos Secretários, as medidas necessárias para o adequado atendimento dos problemas voltados à Segurança Escolar na plena conformidade com a realidade estrutural da Guarda Municipal, atendendo, entre outros, o aspecto de periculosidade local.

Por outro lado, não podemos esquecer que, para contarmos com a qualidade dos serviços por todos desejada é de suma importância, que o guarda exerça sua função de forma satisfatória e para tanto o mesmo deve sentir-se seguro quanto ao seu futuro profissional dentro da Carreira, pois com os poucos vencimentos hoje auferidos por aqueles que arriscam suas vidas em prol da Comunidade, muitos obrigam-se a procurar outras atividades, fora de seu horário de trabalho, sacrificando seu merecido descanso para a complementação do seu orçamento, tornando-se dispersos, e distantes do necessário convívio familiar.

Sabemos que os problemas são muitos, mas com a participação de todos poderemos mudar a ordem das coisas: Você cansou? Eu também!

CONVÊNIO

APROFEM & Intermédica: cuidando da saúde do associado

❑ INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE

Mais do que um Plano de Saúde

"Educar para Prevenir". Este tem sido o lema da Intermédica há 18 anos. Foi a primeira empresa médica a entender que oferecer um plano de saúde é mais do que atender pessoas doentes. De forma pioneira, desde 1982, adotou o *Conceito de Assistência Integral*, englobando a manutenção e a recuperação da saúde, ou seja, a *Assistência Preventiva e Curativa*, o que lhe permitiu chegar à posição de "maior empresa médica" em número de associados no País, dentro de uma qualidade de serviços elevada.

Na Intermédica, além do plano de saúde convencional, os associados poderão contar com um "Plus" fundamental, que é o Programa de Medicina Preventiva – onde Educar para Prevenir é a síntese de todo o trabalho, realizado através da abordagem de mais de 60 temas diferentes, de grande impacto social e que auxilia a manter em equilíbrio a saúde de seus mais de 1.200.000 usuários.

A Intermédica Sistema de Saúde presta serviços de assistência médica através de planos-empresa e planos para pessoas físicas, utilizando-se de sua rede de recursos próprios (centros clínicos, hospitais, maternidades, pronto-socorros) e de rede de recursos credenciados.

Os seus planos têm diferentes padrões de conforto, com diferenciais de benefícios que tornam a Intermédica Sistema de Saúde a empresa que oferece preços muito atraentes e com excelente padrão de atendimento; através de políticas voltadas à qualidade e com a melhor relação custo-benefício, mantendo-se integrada à comunidade de forma participativa através de seus projetos sociais (IV Prêmio Bem Eficiente – para empresas que acreditam na eficácia da participação da sociedade civil e que investem em projetos e ações que contribuam para o resgate da cidadania e para a valorização do pessoal).

❑ UMA PARCERIA QUE DEU CERTO

A APROFEM possui um contrato-empresa com a Intermédica desde 1996, o qual oferece inúmeras vantagens aos nossos associados, com os melhores preços de mercado.

❑ INFORMAÇÕES GERAIS

● REDE PRÓPRIA

Meta prioritária da Intermédica, composta de 51 Centros Clínicos, 7 Hospitais e 8 Pronto-Socorros, equipados com todos os recursos necessários para prestar serviços médicos de alto padrão (ver quadro abaixo).

● REDE CREDENCIADA

Complementando a rede própria, uma extensa rede credenciada com cerca de 3.000 locais de atendimento, realiza consultas, exames e internações. Para maiores informações, consulte o Manual de Orientação.

● ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DA COBERTURA

Capital, Grande São Paulo, Região do ABC, Baixada Santista, Região de Jundiá e Região de Sorocaba. Atendimento de urgência nas principais capitais do país.

● INTERNAÇÕES

365 dias por ano.

● OPÇÕES

Plano Padrão (Med Z) - internação em enfermaria. Plano Executivo A (Status Z) - internação em apartamento.

● PERMANÊNCIA MÍNIMA NO PLANO

1 ano após a data de cadastro junto à Intermédica.

● DEPENDENTES

Cônjuge; companheiro(a); filhos e tutelados até 21 anos incompletos.

● AGREGADOS

Filhos e tutelados acima de 21 anos, bem como os parentes incluídos na condição de agregados legais (esses terão que fazer exame médico admissional e cumprirão carência, apenas para internação e parto).

● EXCLUSÕES

Rol de exclusões contratuais encontra-se à disposição, para análise, na sede da APROFEM.

❑ INTERESSADOS NA ADESÃO AO CONVÊNIO - SAÚDE:

Quem tiver interesse na adesão ao Convênio-Saúde poderá obter informações diretamente na sede da APROFEM ou pelo telefone 3105-1845.

CENTRAL DE ATENDIMENTO MÉDICO OPERACIONAL - ☎ (0xx11) 3155-2300

A Intermédica mantém 24 horas, todos os dias da semana, a Central de Atendimento Médico Operacional, à disposição do associado. Para atendimento, tenha sempre em mãos a carteira do convênio.

REDE PRÓPRIA DA INTERMÉDICA

COMPOSTA DE 51 CENTROS CLÍNICOS, 7 HOSPITAIS E 8 PRONTO-SOCORROS

❑ Região Central

Administração Central - Consolação - ☎ (0xx11) 3155-2000
 Centro Clínico Angélica - Santa Cecília - ☎ (0xx11) 3825-7633
 Centro de Medicina Preventiva - Pacaembú - ☎ (0xx11) 3872-6111
 Centro Médico da Mulher Materno Infantil -
 Centro de Vacinação - Pacaembú - ☎ (0xx11) 3825-0377
 Centro Clínico Executivo - Pacaembú - ☎ (0xx11) 3872-6111
 Pronto-Socorro Santa Cecília - Sta. Cecília - ☎ (0xx11) 3823-6900
 Hospital Santa Cecília - Sta. Cecília - ☎ (0xx11) 3823-7000
 CASE - Sta. Cecília - ☎ (0xx11) 3823-7110

❑ Zona Norte

Centro Clínico Zona Norte - Santana - ☎ (0xx11) 6950-7966
 Inter Hospital Pari - Pari - ☎ (0xx11) 229-3777/229-3377
 Pronto-Socorro Inter Hospital Pari - Pari - ☎ (0xx11) 227-0026
 Centro Clínico Limão - Limão - ☎ (0xx11) 3856-8266

❑ Zona Leste

Centro Clínico Itaquera - Itaquera - ☎ (0xx11) 6179-5399
 Centro Clínico São Miguel I - S. Miguel - ☎ (0xx11) 6137-5101
 Centro Clínico São Miguel II - S. Miguel - ☎ (0xx11) 297-1078 / 297-1633
 Centro Clínico Penha - Penha - ☎ (0xx11) 294-1960
 Centro Clínico Zona Leste I - Tatuapé - ☎ (0xx11) 296-7422
 Centro Clínico Zona Leste II - Tatuapé - ☎ (0xx11) 6942-0958
 Centro Médico da Mulher - Tatuapé - ☎ (0xx11) 6191-8186

❑ Zona Oeste

Centro Clínico Fisioterapia - Pompéia - ☎ (0xx11) 3872-6955
 Centro Clínico Ortopédico - Pompéia - ☎ (0xx11) 3872-8311
 Centro Clínico Lapa I - Lapa - ☎ (0xx11) 3836-6877
 Centro Clínico Rebouças - Pinheiros - ☎ (0xx11) 282-6720
 Centro Clínico Lapa II - Lapa - ☎ (0xx11) 3641-6228 / 3641-1647

❑ Zona Sul

Centro Clínico Ipiranga - Ipiranga - ☎ (0xx11) 273-8577
 Centro Clínico Zona Sul I - Santo Amaro - ☎ (0xx11) 5182-3111
 Centro Clínico Zona Sul III - Santo Amaro - ☎ (0xx11) 5523-9997
 Centro Clínico Zona Sul IV - Santo Amaro - ☎ (0xx11) 246-0233

❑ Região da Grande São Paulo

Centro Clínico Barueri - Barueri - ☎ (0xx11) 7298-4398 / 7298-2477
 Pronto-Socorro Inter Hospital Barueri - Centro - ☎ (0xx11) 7298-4166

Inter Hospital Barueri - Centro - ☎ (0xx11) 7298-4166
 Centro Clínico Carapicuíba - Centro - ☎ (0xx11) 429-5974/429-6288
 Centro Clínico Cotia - ☎ (0xx11) 493-4128/7924-1441
 Centro Clínico Guarulhos I - Guarulhos - ☎ (0xx11) 6440-6711
 Centro Clínico Guarulhos II - Guarulhos - ☎ (0xx11) 6464-0311
 Centro Clínico Itapicirica da Serra - Centro - ☎ (0xx11) 495-7490
 Centro Clínico Osasco I - Osasco - ☎ (0xx11) 3683-7688
 Centro Clínico Osasco II - Osasco - ☎ (0xx11) 3682-1204
 Hospital e Maternidade Renascença - Centro Osasco - ☎ (0xx11) 3681-7799
 Centro Clínico Taboão da Serra - Centro - ☎ (0xx11) 491-9040

❑ Região do ABC

Centro Clínico Diadema - Centro - ☎ (0xx11) 4056-7920
 Centro Clínico Mauá - Mauá - ☎ (0xx11) 7635-2016
 Centro Clínico Santo André - Sto. André - ☎ (0xx11) 4992-2500
 Centro Clínico S. Bernardo do Campo I - J. do Mar - ☎ (0xx11) 4123-8395
 Centro Clínico São Bernardo II - S. Bernardo - ☎ (0xx11) 4121-3888
 Centro Clínico São Bernardo III - J. do Mar - ☎ (0xx11) 4123-6222
 Centro Clínico São Bernardo IV e Centro - V. Sonia - ☎ (0xx11) 4122-4820
 Centro Clínico São Bernardo V - V. São João - ☎ (0xx11) 4121-2663
 Centro Clínico São Caetano - Centro - ☎ (0xx11) 4229-7713
 Pronto-Socorro Intermédica do ABC - J. do Mar - ☎ (0xx11) 4123-1100

❑ Baixada Santista

Centro Médico Guarujá - Vicente de Carvalho - ☎ (0xx13) 352-6092
 Centro Médico Santos I (Coordenação Médica e Departamento de Internação e Centro de Vacinação) - Gonzaga - ☎ (0xx13) 229-1010
 Hospital Frei Galvão - Boqueirão - ☎ (0xx13) 229-1500

❑ Região de Jundiá

Centro Médico Jordanésia - Cajamar - ☎ (0xx11) 7897-4894
 Centro Médico Louveira - Santo Antonio - ☎ (0xx11) 3848-1049 / 3848-1234
 Centro Médico de Vinhedo - Centro - ☎ (0xx19) 3876-2322 / 3876-5701
 Centro Médico Várzea Paulista - J. Primavera - ☎ (0xx11) 7865-6362
 Centro Médico Santa Rita - J. Messina - ☎ (0xx11) 7398-1444
 Centro Médico Polvilho - Polvilho - ☎ (0xx11) 7898-1144
 Hospital Paulo Sacramento - Centro - ☎ (0xx11) 7398-3444 / 7398-3422

❑ Região de Sorocaba

Hospital Modelo - Trujillo - ☎ (0xx15) 224-4445
 Centro Médico Trujillo I - Trujillo - ☎ (0xx15) 234-5669 / 232-1557
 Centro Médico Trujillo II - Trujillo - ☎ (0xx15) 234-5671 / 232-2658

CONVÊNIO MÉDICO

INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE

TABELA DE PREÇOS VALORES VIGENTES ATÉ FEVEREIRO/2001

TITULARES E DEPENDENTES

IDADE (EM ANOS)	PLANO MED Z (PADRÃO)	PLANO STATUS Z (EXECUTIVO A)
00 - 18	R\$ 24,70	R\$ 41,36
19 - 59	R\$ 38,83	R\$ 66,18
60 - 64	R\$ 71,30	R\$ 122,10

AGREGADOS

IDADE (EM ANOS)	PLANO MED Z (PADRÃO)	PLANO STATUS Z (EXECUTIVO A)
00 - 18	R\$ 29,19	R\$ 49,61
19 - 59	R\$ 58,37	R\$ 99,21
60 - 64	R\$ 116,73	R\$ 198,41

Eventos da APROFEM

(Com Dispensa de Ponto concedida através da Portaria SME nº 613/2000, publicada no DOM de 12/02/2000, alterada pela Portaria SME nº 712/2000, publicada no DOM de 18/02/2000).

III CONGRESSO DA APROFEM:

“A Educação Pública no limiar do III Milênio”

DATA: dias 20 e 21 de setembro de 2000
(Quarta-feira e Quinta-feira)

HORÁRIO: 8h às 17h

LOCAL: Palácio das Convenções do Anhembi

**INSCRIÇÕES
ENCERRADAS**

REUNIÃO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

DATA: dia 25 de outubro de 2000 (Quarta-feira)

HORÁRIO: 8h às 12h ou das 13h às 17h

ESCOLHA UM DELES; DANDO PREFERÊNCIA AO DA TARDE, VOCÊ COLABORARÁ PARA EVITAR SUPERLOTAÇÃO NA REUNIÃO DA MANHÃ

LOCAL: Auditório Executivo do Palácio do Trabalhador
Rua Galvão Bueno, 782 - Liberdade - Metrô São Joaquim

PAUTA: Temas de interesse dos servidores municipais, atualizados até o dia da reunião.

PARTICIPANTES COM DISPENSA DE PONTO GARANTIDA:

1 (um) Representante por período de funcionamento da Unidade Escolar (a Portaria da SME não autoriza a dispensa para Representantes das DREMs, Supeme, DOT, SME-Gabinete ou para associados do QPA (vigias, ATAs) e outros Quadros).

Obs.: Os associados aposentados interessados em assistir a Reunião serão sempre bem-vindos; apenas reiteramos a solicitação para que dêem preferência para a Reunião da tarde.

AGENDA DE CURSOS 2000

CURSOS ÀS SEXTAS-FEIRAS, HORÁRIO DAS 15H ÀS 19H

- Como identificar e atuar frente às dificuldades de aprendizagem
Dias: 15 e 22/09; *Carga horária:* 08 horas; *Ministrado por:* M^a da Graça Pedrosa
- Conhecendo as características emocionais do adolescente
Dia: 06/10; *Carga horária:* 04 horas; *Ministrado por:* M^a da Graça Pedrosa
- Como agir e interagir com crianças hiperativas
Dias: 20 e 27/10; *Carga horária:* 08 horas; *Ministrado por:* Rosângela Moura
- Educando sua voz
Dias: 10 e 24/10; *Carga horária:* 08 horas; *Ministrado por:* Priscila Fernandes N. da Silva

CURSOS AOS SÁBADOS, HORÁRIO DAS 08H ÀS 12H

- Reflexão sobre os tipos de aprendizagem e a postura do professor
Dia: 16/09; *Carga horária:* 04 horas; *Ministrado por:* Prescila Bonifiglio Giannini
- Reflexão sobre o construtivismo na matemática e a postura do professor
Dia: 07/10; *Carga horária:* 04 horas; *Ministrado por:* Prescila Bonifiglio Giannini
- Reflexão sobre o construtivismo em História, Geografia, Ciências, Educação Física e Educação Artística e a postura do professor
Dia: 21/10; *Carga horária:* 04 horas; *Ministrado por:* Prescila Bonifiglio Giannini
- Reflexão sobre a avaliação construtivista de cada componente curricular à luz dos PCN'S, envolvendo o professor como agente no processo
Dia: 28/10; *Carga horária:* 04 horas; *Ministrado por:* Prescila Bonifiglio Giannini
- Como prevenir as doenças ocupacionais utilizando adequadamente seu corpo
Dia: 11/11; *Carga horária:* 04 horas; *Ministrado por:* Virna Patrícia Seculin
- Atividades lúdicas em Língua Portuguesa
Dias: 25/11 e 02/12; *Carga horária:* 08 horas; *Ministrado por:* Célia Regina Godoy
- Biodança - despertando o afeto para educar
Dia: 09/12; *Carga horária:* 04 horas; *Ministrado por:* Rosana Augone

Realização dos Cursos – Local: Sede APROFEM - Praça da Sé, 371 - 10º andar

Informações e Inscrições: Na ABITEP, tels.: 3159-1887 ou 3159-2763, com Ana ou Regina, no horário de 9h às 12h e das 13h às 17h, de 2ª a 5ª feira.

Regulamentação de Acúmulo de Cargos (Proventos e Vencimentos) – Descaso da Prefeitura

A APROFEM oficiou a SME em maio de 1999, informando que havia conseguido decisão do STF que justificaria a licitude do acúmulo em situações até então não autorizadas, com a alteração do Despacho Normativo nº 01/95.

Trocando em miúdos, trata-se da possibilidade do professor aposentado (em qualquer jornada) exercer outro cargo de professor na ativa (também em qualquer jornada) ou de especialista na ativa; e do especialista aposentado exercer outro cargo de professor na ativa, em qualquer jornada.

Como o Comunicado Supeme nº 810, de 23/08/2000, fixou o período de 28/08 a 1º/09/2000 para a opção por Jornada de Trabalho para 2001, sem que o pedido da APROFEM tenha sido atendido, a Entidade tudo fará para que os Profissionais de Educação possam refazer sua Opção de Jornada no início do ano letivo de 2001, com a possibilidade de optar por JEI (por exemplo), se forem aposentados em outros cargos conforme acima descrito.

Para isso, continuaremos esperando a compreensão e sensibilidade dos técnicos da S.M.E..

São Paulo, 31 de maio de 1999.

OFÍCIO Nº 032/99

Exmo. Sr. Secretário

ASSUNTO: Acúmulo de Cargos (Proventos e Vencimentos) – Decisão do STF, proferida no RE 245.765-5 de São Paulo.

Temos a honra de informar a V.Ex.^a, que a decisão supra – referida ocorreu em processo promovido pelos advogados da APROFEM (documento anexo).

Tal decisão deverá reformular os pareceres proferidos pelo CAAC na apreciação de casos de acúmulo de proventos x vencimentos envolvendo as exceções previstas no Artigo 37 – XVI da Constituição Federal: dois cargos de professor ou a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico. A licitude das acumulações pretendidas, em razão da desnecessidade de comprovação da compatibilidade de jornadas/horários, é posição histórica da APROFEM ora judicialmente reconhecida em instância irrecurável.

Solicitamos que V.Ex.^a, determine a adoção desse entendimento pelo CAAC imediatamente, evitando maiores prejuízos aos Profissionais de Educação e elidindo possível futura imputação de responsabilidade que onerará os cofres municipais com inevitáveis ações indenizatórias. Por outro lado solicitamos, s.m.j., que da divulgação das alterações ora solicitadas no teor do Comunicado CAAC 03/98, item 21; Despacho Normativo nº 01/95 – Pref. G (no que couber); e demais dispositivos legais, seja declinado crédito à APROFEM pela conquista histórica dessa alteração de interpretação.

Respeitosamente

Prof. Ismael Nery Palhares Junior
Presidente

EXMO. SR.
PROF. JOÃO GUALBERTO
DE CARVALHO MENESES
DD. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –
SÃO PAULO

A Questão da Formação dos Profissionais de Educação

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 19/04/99, instituiu as Diretrizes Curriculares para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal.

Esta Resolução dispõe, em seu Artigo 1º, que “O Curso Normal em nível Médio, previsto no artigo 62 da Lei nº 9.394/96 (LDB), aberto aos concluintes do Ensino Fundamental, deve prover a formação de professores para atuar como docentes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, acrescentando-se às especificidades de cada um desses grupos as exigências que são próprias das comunidades indígenas e dos portadores de necessidades educacionais especiais”. E esta determinação, fiel ao artigo 62 da LDB, prevalece sobre o Art. 87, § 4º, das Disposições Transitórias da mesma LDB,

que prevê somente a admissão de professores habilitados em nível superior até o fim da Década da Educação (ano 2007).

Dessa forma, cada sistema de ensino deverá decidir se exigirá o “Curso Normal Superior” mantido por institutos superiores de educação (LDB - Art. 63) para os futuros provimentos de docentes para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

A APROFEM espera que a administração municipal se manifeste, conclamando as Entidades Representativas para discutir a decisão a ser adotada, pelas implicações decorrentes da ansiedade e insegurança dos Profissionais de Educação que ainda não possuem nível superior e da situação dos Profissionais em exercício nas creches, com a provável adequação de sua escolarização às exigências do Quadro dos Profissionais de Educação.



www.aprofem.com.br

Anote: 52.434 consultas em junho; 23.885 em julho e 43.816 consultas em agosto.

Seguramente, um dos sites mais acessados de São Paulo, graças à sua confiança.

E é só o começo ... aguarde novidades!